

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI  
CAMPUS PROF. ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARCOS ANTONIO BEZERRA COQUEIRO

**Cultura-afro e a lei 10.639/03: uma visão dos professores de Sociologia na cidade de Parnaíba.**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí, campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Sociais

Orientador: Dr. Radamés de Mesquita Rogério

**PARNAÍBA-PI  
2018**

C786c Coqueiro, Marcos Antonio Bezerra.  
Cultura-afro e a Lei 10.639/03: uma visão dos professores de sociologia  
na cidade de Parnaíba / Marcos Antonio Bezerra Coqueiro. - 2018.  
97 f. : il.

Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Piauí – UESPI,  
Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, *Campus* Prof. Alexandre  
Alves de Oliveira, Parnaíba-PI, 2018.  
“Orientador: Prof. Dr. Radamés de Mesquita Rogério”.

1. Cultura-Afro. 2. Sociologia – Disciplina. 3. Lei 10.639. I. Título.

CDD: 306

Nome: Marcos Antonio Bezerra Coqueiro

Título: Cultura-afro e a lei 10.639/03: uma visão dos professores de sociologia na cidade de Parnaíba.

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, como pré-requisito para obtenção do Título de Licenciado em Ciências Sociais

APROVADA EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca examinadora

Prof. (a): \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_  
Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. (a): \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_  
Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## Dedicatória

Aos meus queridos avós, por tudo que fizeram para minha formação enquanto profissional e cidadão, agradeço do fundo de meu coração, pois sou eternamente grato.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre me dar forças e me acolher nos momentos mais conturbados de minha trajetória.

A toda minha família e amigos, em especial aos meus avós e minha namorada, pois sempre me estimularam a continuar quando mais pensei em desistir. Sempre me aconselhando nas decisões mais difíceis.

Aos meus colegas do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais da UESPI – Universidade Estadual do Piauí – que apesar das divergências, foram importantes para meu crescimento pessoal e profissional.

Aos meus estimados professores, que durante todo o curso proporcionaram muito conhecimento e sabedoria, tanto sobre os conteúdos voltados para o curso, como também sobre os desafios que enfrentarei no mercado de trabalho. Devo ressaltar a grande contribuição do professor Dr. Clódsen dos Santos Silva, que sempre me incentivou, contribuindo com empréstimos de livros e cobrando a melhora do meu rendimento acadêmico.

Ao meu orientador, por ter muita paciência durante a elaboração da minha monografia, além de ter sido fundamental para o desenvolvimento desse trabalho, colaborando com seu conhecimento e sabedoria.

A todas as escolas e professores que me receberam para a execução de trabalhos durante o meu período acadêmico, especialmente, os que me recepcionaram com todo carinho e respeito para a conclusão desse trabalho.

Sou imensamente grato a todos que contribuíram direta e indiretamente para minha formação acadêmica!

“A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios — sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento — que balizam a conduta do indivíduo num grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela.”

Émile Durkheim

**RESUMO:** O presente trabalho visa uma reflexão sobre de que forma a Cultura-Afro está inserida no ambiente escolar por meio da disciplina de Sociologia, tendo em vista que em 2003, se tornou obrigatório a inserção do ensino da História e Cultura-Afro na educação pública brasileira sob a Lei 10.639. Além disso, a pesquisa busca contextualizar a trajetória da Sociologia no ensino médio brasileiro, mostrando que sua permanência como componente curricular sofre de certa intermitência. Para tanto, também será apresentado as principais correntes teóricas que contribuíram para a reprodução e legitimação do racismo no cenário brasileiro, com o objetivo de desnaturalizar a discriminação racial sofrida pelos negros desde o período escravocrata. Nesse sentido, o trabalho docente na disciplina de Sociologia possui competência para romper com o racismo, sendo a formação do professor primordial para a inclusão da cultura africana em sala de aula, aplicando de maneira eficaz a lei 10.639/03. Dessa forma, esse trabalho visa contribuir tanto no sentido de colaborar para que haja uma reflexão a respeito das práticas pedagógicas sobre essa cultura nas escolas brasileiras quanto na colaboração acerca da construção do trabalho docente através da disciplina de Sociologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura-Afro; Disciplina de Sociologia; Lei 10.639.

**ABSTRACT:** The present work aims to reflect on how the Afro-Culture is inserted in the school environment through the discipline of Sociology, considering that in 2003, it became mandatory the insertion of the History and Culture-Afro teaching in Brazilian public education under Law 10.639. In addition, the research seeks to contextualize the trajectory of Sociology in Brazilian high school, showing that its permanence as a curricular component suffers from a certain intermittency. In order to do so, it will also be presented the main theoretical currents that contributed to the reproduction and legitimation of racism in the Brazilian scenario, with the aim of denaturalizing the racial discrimination suffered by blacks since the slave period. In this sense, the teaching work in the discipline of Sociology has competence to break with racism, being the teacher training primordial for the inclusion of African culture in the classroom, effectively applying Law 10.639 / 03. Thus, this work aims to contribute both to collaborate so that there is a reflection on the pedagogical practices about this culture in Brazilian schools and on the collaboration about the construction of the teaching work through the discipline of Sociology.

**KEY-WORDS:** Culture-Afro; Sociology Discipline. Law 10.639.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. A HISTÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL</b> 18	
1.1 A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO .....	19
1.2 A EDUCAÇÃO DO PIAUÍ DURANTE A INSERÇÃO DA SOCIOLOGIA .....	25
1.3 A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO DE PARNAÍBA-PI .....	28
<b>2. AS TEORIAS INTELLECTUAIS NA REPRESENTATIVIDADE SOCIAL DO NEGRO</b> .....	37
2.1 OS EVOLUCIONISTAS SOCIAIS E SEUS LIMITES .....	38
2.2 O CAMPO CIENTÍFICO E A LEGITIMIDADE DO RACISMO .....	41
2.3 DEMOCRACIA RACIAL: MITO OU REALIDADE? .....	45
2.4 DISCRIMINAÇÃO RACIAL À BRASILEIRA.....	49
<b>3. A DIFÍCIL TAREFA DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03</b> .....	55
3.1 A CULTURA-AFRO E O RACISMO NO BRASIL.....	56
3.2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR REPRODUZ OU COMBATE O RACISMO? .....	60
3.3 SANCIONADA A LEI, E AGORA? .....	67
<b>4. SOCIOLOGIA E A LEI 10.639/03</b> .....	73
4.1 A CULTURA-AFRO E OS PROFESSORES DE SOCIOLOGIA.....	84
<b>CONCLUSÃO</b> .....	91
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	94

## INTRODUÇÃO

A temática racial não é um assunto novo nas ciências sociais. Sua discussão tendo sido desenvolvida nos mais diferentes enfoques ao longo do tempo. Desse modo, as primeiras abordagens nessa temática desenvolvem-se especialmente numa perspectiva evolucionista, nos quais se destacam: Edward Taylor (2008), Lewis Morgan (2004) e James Frazer (2004), que apresentavam seus estudos a partir de um princípio que estabelecia a cultura europeia como auge da evolução cultural da espécie humana.

Entretanto, a discussão não finda com esses evolucionistas. Seus pensamentos permanecem bastante vividos na posterioridade, especialmente na da década de 1930, em que se destacam, no Brasil, a figura de Nina Rodrigues (2008) e Arthur Ramos (2001). Ambos compreendiam o negro como o atraso brasileiro: a ele era creditado toda a culpa das mazelas brasileiras não só de sua deterioração econômica, mas também física.

Contemporâneo a estes, Gilberto Freyre em “Casa Grande & Senzala” (2003) procura apresentar a contribuição de cada raça para a formação do Brasil, deixando transparecer a possível existência harmônica nas terras brasileiras de uma verdadeira igualdade racial, em que cada raça teria contribuído de forma substancial para a formação deste país “único”, propiciando uma terra livre de qualquer preconceito.

Toda essa concepção do negro como causa do atraso brasileiro ou da democracia racial parece ter sido abalada principalmente a partir dos estudos de Florestan Fernandes que longe de apresentar o negro como um problema para a sociedade, o apresenta à sociedade como um problema para o negro, especialmente em suas obras “Um Negro no Mundo dos Brancos” (1972) e “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” (2008).

Nessa perspectiva, nos últimos anos a temática racial está cada vez mais presente nos embates teóricos que permeiam o campo acadêmico, principalmente após a lei 10.639/03 ser sancionada, em que torna obrigatório o ensino da Cultura-Afro e sua influência na formação do Brasil, além de incluir a história da África. Mas a discriminação racial ainda se torna um aspecto de destaque nas relações sociais dos brasileiros, tornando-se o preconceito uma arma destrutora no cenário do país, mesmo sendo o Brasil a segunda maior nação negra do mundo e a que tem maior população negra fora da África, perdendo apenas para a Nigéria, mostrando que mesmo contendo

um número significativo de negros, esses indivíduos não deixam de ser afetados pela violência simbólica que permeia o contexto social que vivem.

No entanto, é preciso entender esse tema de forma mais conceitual, pois é necessário conhecer qual o significado do preconceito sofrido pelos negros, visto isso Nilma Gomes (2005) explica que,

O preconceito é um julgamento prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou religião ou de pessoas que ocupam papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestam. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos (p. 50).

Nesse sentido, o presente trabalho busca promover a reflexão sobre o rompimento do preconceito racial através do trabalho docente do professor de Sociologia. Uma vez, que por meio da análise sociológica em sala de aula o professor possui o potencial de desenraizar a discriminação racial internalizada inconscientemente pelos indivíduos.

Dessa forma, o estranhamento e a desnaturalização são fundamentais para o serviço da pesquisa e o ensino das Ciências Sociais, em que ambos oferecem para o aluno uma compreensão acerca da realidade social, ultrapassando as barreiras impostas pela sociedade a fios invisíveis.

Assim sendo, o professor através dos conceitos da Sociologia pode estimular nos alunos a imaginação sociológica, rompendo com os preconceitos e construindo uma capacidade crítica e investigativa sobre os fenômenos sociais a sua volta. Permitindo com isso, a reflexão sobre fatores históricos e sociais que contribuíram, como por exemplo, para o racismo reproduzido no Brasil.

Afinal, a Sociologia tem na sua essência estimular no indivíduo a capacidade de se libertar das amarras sociais a que estão presos, proporcionando um horizonte além dos muros do senso comum, esclarecendo que a desigualdade racial introduzida nas relações sociais é um fator construído e desenvolvido historicamente, reproduzido de geração em geração, não sendo uma característica natural do ser humano.

Levando em consideração essa perspectiva, José D'assunção Barros decompõe em sua obra "A construção social da cor" (2014) a forma como foi construído a conceituação do termo "raça negra", demonstrando que esse conceito foi nada mais do

que a maneira que o colonizador encontrou de colocar todos os negros africanos em um só patamar de identificação, visto que esses indivíduos não se reconheciam enquanto “negros”, e sim se autodenominavam a partir da tribo que pertenciam, tais como: haúças, egbás, ijexás, mendigas, dentre muitas outras comunidades africanas.

Um dos principais objetivos da Lei 10.639/03 é desconstruir a forma como os negros são retratados no ambiente escolar, como analisa Silva (2011) através do livro didático fica perceptível que eles são colocados em posições inferiores ao branco, ignorando a história da cultura africana e sua relação com a cultura brasileira. Visto que a negação de uma herança afro na construção do Brasil contribui e fortalece a ideologia eurocêntrica, fazendo com que os estudantes negros se identifiquem como indivíduos rejeitados pela sociedade, sofrendo um processo de autorrejeição e baixa autoestima.

Nessa perspectiva, o trabalho docente por meio da Sociologia possui a competência de estimular nos alunos através da desnaturalização dos preconceitos reproduzidos na sociedade, em especial, o preconceito racial, que também é reproduzido no ambiente escolar. Assim, o professor de Sociologia (elemento primordial do presente trabalho) deve trabalhar em conjunto com os seus alunos, desenvolvendo através das Ciências Sociais o exame dos fenômenos sociais que circulam dentro e fora da escola.

Nesse sentido, a ideia de uma suposta democracia racial formulada por Freyre (2003) colabora para que se perpetue uma ideologia de igualdade entre as pessoas, permitindo que a violência simbólica sofrida pelos negros se torne mero elemento de convívio social, sem perceber que por de trás dessa ação está um conjunto de pressupostos histórico e cultural que contribui para tal prática, ou seja, a discriminação racial acaba por ser velada sobre uma ideia de igualdade entre os indivíduos independentemente da sua cor de pele.

No entanto, Antonio Sérgio Guimarães (1999) demonstra que a sociedade brasileira ver a discriminação contra negros mais no sentido de classe do que em relação à cor, assim o fator econômico corrobora para que o preconceito se encoberte falsamente de maneira que se torna cada vez mais difícil de ser superado. Além disso, o autor enfatiza a importância de se trabalhar o racismo a partir das ciências sociais, pois para o autor ele é construído socialmente, sendo a ideia de “raça” forjada a partir de critérios biológicos e fenotípicos, ou seja, “raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais [...]” (GUIMARÃES,

1999, p. 16).

Em outro olhar sobre a discriminação racial, Oracy Nogueira (1985) explica que existem dois tipos de preconceitos raciais: o de origem e o de marca. O primeiro diz respeito ao preconceito que é praticado nos Estados Unidos, uma vez que mesmo pela miscigenação, o sujeito sendo de cabelos loiros, pele branca e olhos azuis, ele não é incorporado ao grupo branco, pois existe um (a) negro (a) dentre seus genitores, assim para todos os efeitos, esta pessoa continuará sendo negra. É assim que ocorre o preconceito racial nos Estados Unidos, partindo do ponto como o indivíduo é conhecido na sua comunidade, sem levar em conta qualquer característica física.

Já o preconceito racial de marca está diretamente ligado ao Brasil, visto que ele é aplicado levando em consideração os traços físicos do sujeito, dessa maneira se ele for de pele clara, ele é considerado branco, e por outro lado se ele for de pele escura, o indivíduo é tido como negro.

O ambiente escolar é um espaço no qual o combate ao racismo contra negros deve iniciar, pois sua área de reprodução é bem ampla, mas para que essa ideia saia do campo teórico é preciso que o sistema educacional contribua nessa perspectiva, assim o professor se torna um instrumento importante no debate, reflexão e desconstrução dessa falsa desigualdade natural entre os indivíduos.

Dessa maneira, o presente trabalho busca mostrar que a análise sociológica proporciona aos estudantes uma ruptura com a reprodução de uma cultura eurocêntrica que doutrina as pessoas a seguirem certos tipos de padrões comportamentais que colocam o negro como sujeito estigmatizado pejorativamente, criando estereótipos de que todo negro é ladrão, vagabundo, assassino, dentre outros subjetivos que corroboram para uma sociedade cada vez mais racista e injusta.

Nesse sentido, Lilia Schwarcz (1993) analisa as teorias racistas do final do século XIX, mostrando que estavam cada vez mais fortes no campo científico, a autora destaca uma nova disciplina chamada Criminologia, criada por Lombroso que cujo pensamento teórico procurava demonstrar que existiam certos traços físicos que contribuíam para que os sujeitos tivessem tendência a serem assassinos, ladrões, alcoólatras, enfim, pessoas que biologicamente estariam predestinadas a viverem marginalmente, porém, o fato que a autora chama atenção diz respeito às características físicas delineadas por Lombroso, as quais sempre colocavam os traços negroides como biologicamente ligados aos sujeitos que teriam tendência ao crime.

Assim sendo, a Lei 10.639/03 surge como uma conquista para os movimentos negros que vem lutando por uma igualdade racial em todas as esferas sociais. Afinal, o conhecimento sobre a Cultura-Afro, e principalmente, o entendimento sobre influência da África na formação do Brasil, faz com que percebamos a importância desse povo para nosso país, onde negros foram sacrificados em nome do desenvolvimento de um Estado Nação, sendo esses indivíduos torturados e obrigados a exercerem sua mão-de-obra nas grandes fazendas. No entanto, apesar de todos os acontecimentos revoltantes sofridos por eles, conseguiram ter papel primordial para construção social-cultural e econômica do Brasil.

Entretanto, a Lei 10.639/03 não rompe com a discriminação racial de maneira profunda, já que ela se tornou parte de uma cultura reproduzida em todas as esferas sociais, desde a família até a escola. O racismo é uma herança colonial que construiu uma falsa inferioridade do negro a partir do argumento de uma hierarquia racial, porém, a Lei 10.639/03 serve como ponto de partida para a construção de um contexto menos desigual, criando mecanismos para que a sociedade trabalhe no objetivo de extinguir a cultura racista que é praticada nas mais simples e complexas relações.

Portanto, analisar e compreender esses fatores são de suma importância na observação dos preconceitos e discriminações raciais enraizadas na cultura brasileira, mostrando de maneira mais clara a importância que a Sociologia tem na desnaturalização das desigualdades raciais e também na desmistificação de uma supremacia eurocêntrica, quebrando de vez com a opressão que os negros sofrem desde o período colonial, numa busca de tornar o cenário brasileiro mais igualitário para todos.

Em 2003, sob o governo Lula, ocorreu a inserção do ensino da cultura afro-brasileira na educação pública brasileira sob o número de lei 10.639, tornando-se rapidamente alvo de grande discussão na sociedade brasileira, representando uma grande conquista social juntamente com outros tipos de políticas que visam o enfrentamento do racismo. Sua aplicação e o processo pelo qual vindo sendo implantada nas escolas do país, no entanto ainda parece sofrer de certa obscuridade. Não está claro o modo e os métodos utilizados na abordagem dessas temáticas, assim como a especificação dos profissionais habilitados a realizá-los, e também a aceitação tanto dos discentes quanto do corpo docente.

A partir da análise do cenário brasileiro que sofre de um racismo velado, mascarado sobre uma suposta democracia racial, torna-se imprescindível avaliar o impacto do ensino da cultura afro-brasileira na educação numa perspectiva sociocultural e política. Essa temática além de denotar uma ruptura profunda com os modos da educação tradicional, também traz a tona o papel dos intelectuais e professores na construção e legitimação das normas sociais.

Assim, o professor de Sociologia possui um papel fundamental na busca de uma sociedade mais justa e igual para todos, mas para alcançar esse objetivo, é necessário desconstruir o imaginário de uma sociedade onde os preconceitos e as discriminações são inexistentes, já que é perpetuado o pensamento de que o Brasil é um país livre de preconceitos e discriminações, por ser uma nação que mostra a diferença cultural e racial como sua principal característica.

Nesse sentido, a ruptura com a desigualdade racial e a ajuda na implementação da Lei 10.639/03 serve como instrumento de estudo e prática sociológica, desmistificando a inferioridade social atribuída a Cultura-Afro, mostrando a Sociologia como ferramenta de desnaturalização do preconceito e esclarecimento sobre a formação do Brasil.

A história da Sociologia como componente curricular do ensino médio mostra uma disciplina que sofre há muito tempo com idas e vindas do ambiente escolar, essa intermitência contribui para que pouco se produzam matérias e conteúdos a serem trabalhados nas salas de aula do ensino básico brasileiro. Toda via, nos últimos anos essa realidade têm mudado, principalmente depois da Lei 11.684/08, que tornou obrigatório o ensino de Sociologia no ensino médio do Brasil.

No entanto, apesar da disciplina ter se tornada obrigatória, ela ainda sofre com muitos problemas, como por exemplo, a escassez de profissionais devidamente graduados em Licenciatura Plena em Ciências Sociais. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta a cidade de Parnaíba como um exemplo sobre a falta de profissionais licenciados em Ciências Sociais trabalhando nas escolas do município.

Dessa maneira, busco analisar a influencia que a formação do professor de Sociologia possui na sua prática docente, constatando que o trabalho de conteúdos, em especial, a Cultura-Afro, é praticado de maneira que abarque os autores das Ciências Sociais. No entanto, o papel da pesquisa acadêmica é primordial para que os professores de Sociologia do país conheçam a trajetória da disciplina no Brasil e que busquem

desenvolver trabalhos no objetivo de tornar a permanência da disciplina cada vez mais legitimada na grade curricular das escolas brasileiras.

Essa escassez de trabalhos produzidos pelos próprios professores só faz com que a quebra da discriminação racial se torne difícil através do trabalho docente, já que por um lado o professor de Sociologia pode estimular nos alunos um olhar científico, na compreensão dos fenômenos sociais a sua volta, visto que os preconceitos existentes na própria instituição de ensino poderão servir de objeto de estudo para o professor e os alunos produzirem um trabalho sociológico, desnaturalizando a prática discriminatória, instigando uma reflexão a partir da Sociologia a respeito da introdução da Cultura-Afro (MORAES, 2010).

Portanto, a escolha do tema justifica-se pelo preconceito racial alarmante na sociedade brasileira, já que é impregnada no pensamento de cada indivíduo uma falsa inferioridade dos negros, tornando sua participação na construção da identidade nacional limitada ao período escravagista.

É por causa disso que o pensamento sociológico tem papel fundamental na construção de um pensamento histórico sobre a formação do Brasil, sendo o próprio professor de Sociologia uma ferramenta, já que tem na essência da disciplina o potencial de quebrar preconceitos, na tentativa de diminuir a desigualdade social que os negros sofrem perante as relações sociais com os indivíduos, elevando sua importância no desenvolvimento do país.

Nesse sentido, essa pesquisa tem o intuito de demonstrar a forma como os professores de sociologia vêm colaborando na tentativa de colocar em prática a lei 10.639/03, proporcionando o conhecimento teórico, para que assim, se torne mais compreensível a maneira como é construído o preconceito racial nos brasileiros, a partir da negação de uma herança africana na formação do Brasil.

Para tanto o trabalho se divide da seguinte forma: no primeiro capítulo tratarei da história da Sociologia como componente curricular do ensino médio brasileiro, contextualizando sua trajetória em busca da institucionalização enquanto disciplina permanente no ensino básico. Apresentando dessa maneira os principais marcos históricos que fazem parte do caminho percorrido pela Sociologia até o ano de sua permanência como disciplina obrigatória no ensino médio do Brasil. Além disso, irei apresentar o Censo do Professor de Sociologia do Ensino Médio de Parnaíba – PI, mostrando que o município parnaibano é um dos lugares do país que é grande o número

de professores que lecionam a disciplina de Sociologia sem ser formados em Ciências Sociais.

No segundo irei analisar as principais teorias que tiveram papel primordial para a representatividade do negro na sociedade. Mostrando que o campo científico teve grande contribuição na reprodução e legitimidade do preconceito e discriminação sofridos pelos negros, destacando, por exemplo, a influência dos evolucionistas na criação de uma falsa hierarquia entre as diferentes “raças”, sendo o branco considerado o auge da evolução humana. Além disso, também irei demonstrar através de uma análise reflexiva a discriminação que ocorre no cenário brasileiro, onde a ilusão de uma falsa democracia racial faz com que as pessoas ajam como racistas sem se reconhecer enquanto tais.

Já no terceiro será apresentado o modo como ocorre o racismo velado no contexto brasileiro, colocando como um dos principais pressupostos que corrobora para a difícil tarefa de implementação da Lei 10.639/03 no currículo escolar. Nesse sentido, durante o capítulo será feita a seguinte indagação: a educação escolar reproduz ou combate o racismo? Assim, procurarei demonstrar uma visão num sentido bourdieusiana, em que a escola ao invés de combater as desigualdades, ela na verdade as reproduz e legitima. No entanto, ela possui a capacidade de romper com os preconceitos e as discriminações presentes na sociedade. Nessa perspectiva, a Lei 10.639/03 surge como dispositivo legal que busca mostrar a importância da Cultura-Afro para a formação do Brasil, além de buscar desenraizar o racismo sofrido pelos negros no dia a dia.

No quarto e último capítulo, buscarei apresentar a visão dos professores de Sociologia do ensino médio parnaibano sobre a Lei 10.639/03, fazendo a relação entre os principais objetivos buscados pela lei e o potencial que a Sociologia tem para o rompimento com o racismo por meio dos conhecimentos das Ciências Sociais. Desse modo, serão apresentadas algumas falas respondidas pelos docentes durante entrevistas aplicadas com eles, sendo que foram escolhidos três professores formados em Ciências Sociais e três que não são, buscando mostrar as diferentes visões e o modo como trabalham esses profissionais. Dessa forma, irei demonstrar a influência que a formação em Ciências Sociais possui para o modo como o professor irá trabalhar os conteúdos em sala de aula, em especial, aqueles que fazem relação com a Lei 10.639/03.

## **1. A HISTÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL**

O presente capítulo apresenta um histórico da disciplina de Sociologia na grade curricular do ensino médio brasileiro e mais especificamente no Estado do Piauí. Além disso, é necessário apresentar o Censo dos Professores de Sociologia do Ensino Médio da Cidade de Parnaíba-PI, projeto de pesquisa realizada pelo aluno de Ciências Sociais, Marcos Antonio Bezerra Coqueiro e pelo professor Doutor Radamés de Mesquita Rogério, demonstrando que a escassez de profissionais licenciados no curso de Ciências Sociais para ministrar a disciplina é uma realidade de muitos municípios em todo o país, contribuindo, por exemplo, como argumento de negação durante o governo de Fernando Henrique Cardoso para a presença da Sociologia no currículo escolar.

Esse capítulo será o ponto inicial para que o objetivo final desse trabalho seja exposto, em que mostrarei a influência da formação do professor de Sociologia do município de Parnaíba, apresentando aqueles docentes que possuem licenciatura em Ciências Sociais e os que não possuem. Demonstrando com isso, se sua formação influencia no modo como o ele trabalha os conteúdos em sala de aula, em especial a temática racial relacionada a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da História da África e da influência da cultura africana na formação do Brasil. Para tanto, essa lei será apresentada de maneira mais profunda durante o capítulo três.

O primeiro subcapítulo irá demonstrar os percalços característicos da trajetória da Sociologia como disciplina formadora da grade curricular do ensino básico, ressaltando os principais fatores que colaboraram tanto como obstáculos para a institucionalização da disciplina quanto para o sucesso sobre os embates ocorridos durante os acontecimentos políticos e sociais do Brasil.

No segundo subcapítulo, a abordagem utilizada faz relação da história sobre a trajetória de inserção da disciplina de Sociologia no Brasil e o modo como estava a educação no Piauí nos principais contextos relatados entre os anos de 1881 à 2002, cuja data marca a Sociologia como disciplina obrigatória do ensino médio do Estado do Piauí, que aconteceu por meio da Lei 5.523 que foi sancionada em 15 de julho de 2002, pelo governador Hugo Napoleão. Além da Sociologia, o poder legislativo tornou também a filosofia como disciplina obrigatória em todo o Estado piauiense (SOUSA, 2012).

No terceiro e último subcapítulo, o Censo dos Professores de Sociologia do Ensino Médio de Parnaíba-PI será utilizado como base para demonstrar uma realidade presente em todo o país, colocando como um dos fatores que influenciam a não autonomia da Sociologia no currículo do ensino médio, a falta de professores formados na área.

## **1.1 A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO**

A disciplina de Sociologia enquanto parte integrante da estrutura curricular do ensino médio brasileiro apresenta um caminho com vários percalços, ao longo dos anos sua trajetória ganhou uma característica fragmentada, mas isso não significa que ela possui um papel ou até mesmo menos importância do que as outras disciplinas. O modo como a Sociologia é apresentada no ensino básico, com suas idas e vindas do currículo escolar, constitui uma relação aparentemente ligada com fatores que fazem parte da realidade política, social e cultural do país.

Nessa perspectiva, podemos refletir sobre a entrada da Sociologia no Brasil, em que o debate racial, principalmente no século XIX, teve como base teórica a análise sociológica da realidade brasileira. Nesse sentido, a Sociologia por meio da Faculdade de Direito de Recife e São Paulo adquire importância para que o objetivo dos intelectuais da época ganhasse respaldo, já que nesse período esses indivíduos procuravam apresentar o cenário brasileiro de outra maneira, tentando construir uma espécie de nova nação, em que os moldes europeus eram o padrão que deveria ser seguido (SCHWARCZ, 1993).

Uma vez que a influência evolucionista contribuiria para que fosse reproduzido o eurocentrismo no Brasil. Para tanto, o capítulo seguinte mostrará esse período de forma mais ampla, contextualizando as principais correntes teóricas que colaboraram para que os colonizadores implantasse sua falsa superioridade no território brasileiro.

Retornando ao assunto principal desse capítulo, as idas e vindas da Sociologia no cenário educacional agrava o prosseguimento das pesquisas sobre os conteúdos a serem trabalhados no Ensino Médio, pois a produção científica não compreende de forma importante a construção e definição das metodologias e conteúdos pedagógicos a serem usados pelos professores no ensino secundário se a disciplina não estiver presente no sistema de ensino (SILVA, 2010).

Nesse sentido, durante o capítulo quatro irei apresentar opções de recursos que o professor possa trabalhar em suas aulas, como por exemplo, a Cultura-Afro, que é a cultura ressaltada nesse trabalho, que busca demonstrar o papel que o professor de Sociologia pode exercer na busca do rompimento com a discriminação racial presente em nosso país.

No atual contexto brasileiro, a Lei de nº 11.684/2008 estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional e determina a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia em todas as séries do ensino médio. No entanto, como muitas outras leis sancionadas no Brasil, esta não é exclusiva, pois assim como a Lei 10.639/03, sua aplicação constitui um caminho cheio de embates com o objetivo de alcançar sua legitimação, e principalmente a sua permanência na grade curricular do ensino médio.

Nesse momento, é preciso entender como se deu a trajetória da institucionalização da Sociologia no ensino médio até a Lei 11.684/08, já que muitas foram às barreiras que dificultaram a inserção da disciplina no currículo escolar brasileiro. Aliás, o processo de institucionalização da disciplina é um fator a ser considerado pelos futuros e atuais docentes de Sociologia. Visto que o conhecimento sobre seu histórico no ensino básico contribui para que o professor faça parte da legitimação e permanência da Sociologia na grade curricular, fortalecendo a importância das ciências sociais, pois a Sociologia deve ser trabalhada conjuntamente com a Antropologia e a Ciência Política. Uma vez que é de suma importância que se construa uma ponte entre as três disciplinas (MORAES, 2010).

Assim sendo, a Sociologia surge a partir de um necessário entendimento dos fenômenos sociais que circulavam o Brasil no século XIX, debatendo principalmente a temática racial que vigorava na cientificidade da época. O pensamento científico ganha importância no cenário brasileiro, em busca de compreender o comportamento dos indivíduos e da sociedade. Agregado a esse movimento, o Evolucionismo vinha como corrente teórica predominante nas pesquisas científicas, mas havia também o Positivismo e o Iluminismo com o objetivo de romper com os pensamentos teológicos e metafísicos.

A Sociologia no Brasil, inicialmente é divulgada antes de tudo por advogados. De início os “eleitos da nação”, como gostavam de serem chamados os alunos de Direito, tinham o intuito de romper com uma dependência tanto de leis quanto de

consciência em relação à Europa, demonstrando que o Brasil era autossuficiente de intelectuais para poderem aderir às exigências do país (SCHWARCZ, 1993).

Segundo Candido (2006), “no Brasil, podemos distinguir nitidamente, na evolução da Sociologia, dois períodos bem configurados (1880-1930 e depois de 1940), com uma importante fase intermédia de transição (1930-1940)” (p.271). Mas é de suma importância destacar outras datas que fazem parte do histórico da Sociologia no país.

No primeiro período apresentado por Candido (2006), a intelectualidade é formada por profissionais não especializados na Sociologia, cujos quais tinham como meta desenvolver princípios teóricos ou compreender de maneira mais aprofundada os alicerces que formavam a estrutura da sociedade brasileira.

No entanto, antes de ambos os períodos, surge uma figura importante para o movimento de inserção da Sociologia no ensino médio brasileiro, Ruy Barbosa, que foi de suma importância para uma primeira tentativa formal de institucionalização da disciplina de Sociologia no currículo acadêmico brasileiro. Uma vez que, em meados de 1870 o pensamento sociológico ganhou papel fundamental no campo intelectual a partir das transformações sociais que ocorriam no Brasil, já que “a imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo” (MILLS, 1982, p. 11).

Depois de Ruy Barbosa, muitas foram as tentativas de institucionalização da Sociologia como disciplina da Educação Básica, como por exemplo, em 1881, Benjamin Constant por meio de uma tentativa de reforma propôs que a Sociologia fosse ministrada em todos os níveis de ensino. No entanto, sua proposta não alcançou legitimidade para seguir em frente. É importante enfatizar o caráter de luta que a disciplina adquiriu, pois muitos foram os avanços e retrocessos, porém, nos últimos anos os embates em torno da procura da legitimidade da Sociologia enquanto disciplina fundamental na grade curricular do ensino médio vem se intensificando, e uma das principais conquistas foi à sanção da lei 11.684/08 que garantiu obrigatoriamente sua inserção no ensino médio.

Após a tentativa frustrada de Benjamim Constant, o caso ganha respaldo novamente em 1925, por meio da Reforma Rocha Vaz, que conseguiu tornar a Sociologia uma disciplina obrigatória nos ensinos normal e secundário. Oriundo da Reforma Rocha Vaz, o Colégio Pedro II foi a primeira escola a adotar o ensino de Sociologia como obrigatório no ensino básico (SOARES, 2009).

Nesse sentido, a disciplina percorre uma trajetória de altos e baixos, como por exemplo, em 1928, a Sociologia ganha outro campo, ela agora começa a ser lecionada nas escolas de formação de professores, mas conhecida como escola normal, atualmente magistério. Mas é a partir da Reforma Francisco Campos que se consolida a inserção da Sociologia no currículo da Educação Básica, porém, sua obrigatoriedade durou até 1942, ano em que a Reforma Capanema retira a obrigatoriedade da Sociologia nas escolas Secundárias, permanecendo somente nos cursos de formação de professores.

A partir de 1942, a presença da Sociologia no ensino secundário – agora denominado especificamente colegial – começa a se tornar intermitente. Permanece no curso normal, às vezes como Sociologia Geral e quase sempre como Sociologia Educacional, mas no curso “clássico” ou no “científico” praticamente desaparece, visto que aí predominam disciplinas mais voltadas para a natureza dos cursos: Letras ou Ciências Naturais (MORAES, 2006).

Outra etapa marcou a trajetória da Sociologia no Brasil, em 1971, a Reforma Jarbas Passarinho durante a ditadura militar acaba por retirar também os conhecimentos de Sociologia dos cursos de formação de professores, conhecido como curso normal. Nesse contexto, aconteceu que enquanto a Sociologia não estava presente no ensino secundário e nem normal, as disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSP) e Educação Moral e Cívica tomaram seu lugar como componente curricular.

Nesse sentido, a Sociologia deixa de ser disciplina obrigatória e passa configurar entre outras disciplinas, uma vez que se tinha a ideia de que ela estaria fragmentada e presente na estrutura educacional e também no campo curricular como área de conhecimento amplo. Assim, podemos observar que a Sociologia mesmo após sua ausência do currículo escolar, seus conteúdos teriam sido trabalhados através de outras disciplinas de humanas, tais como: história e geografia.

A Lei n.º 7.044/82, altera aspectos da legislação anterior, relativizando o caráter de profissionalização do ensino de 2.º Grau, abrindo mais espaço para as Ciências Humanas. Com isso, a Sociologia tem uma nova oportunidade de retorno ao currículo escolar, porém, essa pauta não foi imposta para todo o Brasil, ou seja, essa decisão estava sobre jurisdição de cada Estado. No entanto, em 1996, é promulgada a lei n.º 9.493 de 20/12, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, anuncia no artigo 36, parágrafo 1.º, inciso III, que os alunos, ao final do Ensino Médio deverão ter domínio dos conhecimentos de Sociologia e Filosofia. Toda via, essa lei permite o ensino de Sociologia, mas não a insere como disciplina escolar.

Depois de doze anos é que a Sociologia foi enfim inserida no currículo escolar da educação básica, por meio da lei 11.684/08 sancionada em 2008. A partir disso, a Sociologia se tornou componente obrigatório na grade curricular em todas as escolas de ensino médio do país. No entanto, é preciso ter em mente que ainda tem muito pelo o que lutar, pois a própria história da disciplina no ensino básico demonstra que sua permanência obrigatoriamente é um fator imprevisível.

Toda a trajetória disciplinar da Sociologia esteve carregada de embates tanto políticos quanto sociais, como por exemplo, em pleno século XIX a moda intelectual da época era os estudos voltados para a temática racial, tentando entender as características que faziam do Brasil um país miscigenado, procurando argumentar através principalmente de aparatos científicos a inferioridade dos indivíduos descendentes de negros africanos, porém, nesse período as ciências naturais eram as mais utilizadas, às vezes unidas com a ciência social, como foi o caso dos autores que seguiam a linha de pesquisa chamada darwinismo social, cujos cientistas trouxeram os conceitos originários do darwinismo para legitimar a hierarquia racial que estava sendo imposta para sociedade.

Nesse sentido, o próprio professor e futuros professores de Sociologia devem se atentar e conhecer um pouco mais sobre a história de institucionalização da disciplina, procurando meios para contribuir para sua legitimidade no ambiente escolar, e principalmente compreender a singularidade que a disciplina carrega consigo em todo seu arcabouço teórico, estimular nos estudantes a capacidade de reflexão, criticidade, cidadania, autonomia intelectual. Além disso, o pensamento sociológico corrobora para o entendimento dos fenômenos sociais e proporciona para os indivíduos a *desnaturalização* das concepções da sociedade.

Segundo Moraes (2006), as pessoas estão acostumadas a “explicar as relações sociais, as instituições, os modos de vida, as ações humanas, coletivas ou individuais, a estrutura social, a organização política, etc. com argumentos naturalizadores” (p. 106). Como por exemplo, os indivíduos internalizam o racismo e outros preconceitos de forma inconsciente, agem na relação direta ou indireta com o outro naturalmente, reproduzindo valores e costumes através de fios invisíveis de socialização.

A Sociologia tem na sua essência estimular no indivíduo a capacidade de se libertar das amarras sociais que estão presos, proporcionando um horizonte além dos muros do senso comum, esclarecendo que fatores como a desigualdade racial são

introduzidos nas relações sociais, sendo construídos e desenvolvidos historicamente, reproduzidos de geração em geração, não constituindo uma característica natural do sujeito.

Outro papel da Sociologia no qual o professor deve trabalhar em sala de aula é o *estranhamento*, cuja característica coloca em xeque certos fenômenos que podem ser objetos da análise sociológica. Assim, o estranhamento ajuda ao aluno a desconstruir o etnocentrismo que está enraizado nele, cujo efeito faz com que o indivíduo sempre coloque sua cultura em comparação as outras, e se essa outra cultura for contra os valores e costumes pregados pela sua, o sujeito define a sua cultura como superior.

Desse modo, a Sociologia no ensino médio contribui para que os meninos e meninas possam entender e compreender de forma mais abrangente a sociedade em que vivem, aliás, a imaginação sociológica leva o indivíduo a sair da sua zona de conforto e perceber a complexidade social existente no mundo. Uma vez que ele aprenderá que não existe Cultura ou Raça superior à outra. Além disso, poderá fazer uma análise mais precisa dos embates políticos que acontecem a sua volta.

No entanto, o professor de Sociologia deve entender que é preciso fazer uma ponte entre as três áreas das ciências sociais, pois mesmo sendo apenas a Sociologia a única disciplina que tem certo espaço na Educação Básica, ela deve ser trabalhada conjuntamente com a Antropologia e a Ciência Política. Para que assim as epistemologias das ciências sociais possam ganhar espaço no ensino médio, porém, é necessária muita cautela por parte do docente, já que ele não pode tratar uma sala de aula da Educação Básica como se fosse uma aula no ensino superior. Desta maneira, a linguagem deve ser adaptada ao ambiente no qual a aula estar sendo aplicada.

Enfim, a Sociologia enquanto disciplina do ensino médio apresenta uma trajetória conturbada e cheia de altos e baixos, ora estar presente no currículo escolar, ora permanece por muitos anos ausente, porém, nas últimas décadas a inserção da Sociologia na grade curricular da Educação Básica ganhou força, mas isso não foi um fenômeno espontâneo, pelo contrário, foi fruto de muita luta e contribuição dos Sindicatos dos Sociólogos, dos professores de Sociologia que procuraram fazer da disciplina um campo legítimo dentro do ambiente escolar, aliás, a Lei 11.684/08 foi uma conquista de todos que abraçaram a causa e acreditaram na contribuição que o pensamento sociológico pode trazer para a vida dos indivíduos em sociedade.

Nesse sentido, procurar fortalecer a disciplina dentro espaço escolar requer

uma gama estrutural para que assim a Sociologia alcance a sua institucionalização no ensino médio de maneira plena, preenchendo seu espaço de direito no currículo escolar.

Segundo Illeize Silva:

Para cada ganho de espaço, outras demandas surgiram, tais como: necessidade de diretrizes e orientações para seleção de conteúdos e métodos de ensino, de materiais didáticos, de professores capacitados, de incremento nas licenciaturas dos cursos de Ciências Sociais, de espaços de formação continuada nas universidades, de elaboradores de questões para as provas de vestibulares, de concursos públicos para professores da disciplina, de professores de Sociologia para as burocracias educacionais, entre tantas outras demandas e desafios que se multiplicaram a partir dessa expansão crescente após 1996. Entretanto, conhecer o campo de luta, que é o currículo, nos ajuda a entender que toda essa expansão não significa consolidação definitiva da disciplina ou de seus conteúdos nas escolas. Lembrar de que como vem ocorrendo a legalização e a legitimação possibilita uma postura mais comedida diante do processo. Postura comedida no sentido de reconhecer que ainda temos que estar atentos às reformas educacionais, mudanças curriculares e alterações na conjuntura política do País e dos Estados. Além disso, é sensato admitir que temos que estruturar as áreas de metodologia e estágio nos departamentos de educação e de ciências sociais para garantir a formação inicial e continuada dos professores, nós temos que multiplicar a produção de materiais didáticos, negociar concursos públicos para professores licenciados na área, desenvolver a pesquisa sobre o ensino da Sociologia, entre outras tarefas. (2010, p. 10).

Depois de apresentar a trajetória da institucionalização da Sociologia como disciplina obrigatória do ensino médio, com todo seu histórico de lutas à procura de espaço na Educação Brasileira, tornar-se necessário abordar a inserção da disciplina separadamente em cada Estado do país, porém, daremos especial destaque a inclusão da Sociologia no ensino médio piauiense, cuja Lei 5.523/02 tornou obrigatórias às disciplinas de Sociologia e Filosofia na Educação Básica.

## **1.2 A EDUCAÇÃO DO PIAUÍ DURANTE A INSERÇÃO DA SOCIOLOGIA**

Neste subcapítulo, será apresentado de maneira sucinta o contexto histórico da educação piauiense durante os principais marcos relacionados à trajetória da Sociologia no ensino médio no Brasil, relatando o que ocorria no campo educacional do Estado do Piauí enquanto a disciplina enfrentava embates à procura de sua legitimação como componente curricular da Educação Secundária.

Nesse sentido, também se faz necessário mencionar que conforme a Lei 9.493/96 ficou a critério de cada Estado a inclusão da Sociologia e Filosofia como disciplinas obrigatórias na grade curricular da Educação Básica. Dessa forma, é preciso

colocar em destaque a inserção da disciplina após a Lei 5.523/02, que fez da Sociologia e da Filosofia componentes curriculares obrigatórios no ensino médio piauiense.

No Estado do Piauí, a Sociologia e a Filosofia estão presentes no Ensino Médio desde 2002, quando a Assembleia Legislativa aprovou em 27 de junho de 2002 o Projeto de Lei n.º 07/02, de autoria da deputada estadual Francisca Trindade do PT/PI, que torna obrigatórias a Sociologia e a Filosofia no Ensino Médio. A Lei 5.523 foi sancionada em 15 de julho de 2002, pelo governador em exercício Hugo Napoleão, possibilitando aos jovens estudantes deste nível de ensino um desenvolvimento crítico e reflexivo (SOUSA, 2012, p. 70).

Para tanto, foram feitas leituras sobre a educação no Estado do Piauí, pegando como base de leitura os anos de 1881 até 2002, em que como já foi citado anteriormente o ano de 2002 a Sociologia é incluída na grade curricular do ensino médio do Piauí. Para isso, foi feito um levantamento em artigos, dissertações e teses, no qual foram observadas que o sistema educacional do Piauí houve pouquíssimas diferenças relacionadas ao restante do país, além de constatar que os trabalhos que focalizaram a Sociologia no ensino médio piauiense não tiveram um olhar mais aprofundado sobre o modo como a Federação do Piauí se comportou durante a ausência e presença da disciplina na grade curricular.

Dessa forma, antes de contextualizar a maneira como acontecia à educação piauiense durante as datas citadas, é preciso ressaltar o papel dos Jesuítas não somente no Estado do Piauí, mas também em todo território brasileiro. Uma vez que, segundo Mendes *et al* (2010), “os Jesuítas tiveram papel relevante no processo de colonização do Brasil, especialmente na catequese e na educação e na instrução dos colonos”.

No Piauí, o trabalho desenvolvido pelos Jesuítas tinha como objetivo principal a catequese de filhos de colonos e de Índios aldeados, além da administração das fazendas e propriedades que eles ganharam como herança de Domingos Afonso Mendes, figura importantíssima na colonização do Estado. Nesse contexto, é interessante ressaltar o processo de aculturação que os Jesuítas impuseram aos indígenas, fazendo com que estes se “libertassem” de seus valores e crenças, já que para os homens da companhia de Jesus, tanto os Índios quanto os negros cultuavam deuses malignos.

Após entender o início da educação no Piauí assim como aconteceu em todo país através da educação dos Jesuítas, iniciaremos a contextualizar o objetivo central desse subcapítulo. No Piauí, em 1882, após a tentativa fracassada de inclusão da Sociologia pela Reforma Benjamin Constant, o contexto educacional piauiense implantava a

primeira Escola Normal teresinense, cuja qual não tinha a Sociologia como componente curricular.

Em outro momento, durante a Reforma Rocha Vaz em 1925 na qual a Sociologia torna-se obrigatória no ensino médio, a educação piauiense tinha como um dos objetivos a inclusão no magistério das mulheres que faziam parte da elite cultural e econômica da época. Já em 1928, a Sociologia tornou-se disciplina participante na grade curricular das Escolas Normais em todo país, porém, ela só foi inserida no Piauí em 1947. No entanto, após dezessete anos, em 1942, através da Reforma Capanema a disciplina é retirada do ensino secundário, porém, continua sendo componente curricular das Escolas Normais. Toda via isso não durou muito tempo, já que em 1971, pela Reforma Jarbas Passarinho os conhecimentos de Sociologia também são retirados das Escolas Normais.

No ano de 1996, é promulgada a lei n.º 9.493 de 20/12, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, anuncia no artigo 36, parágrafo 1.º, inciso III, que os alunos, ao final do Ensino Médio deverão ter domínio dos conhecimentos de Sociologia e Filosofia. Contudo, apesar da Sociologia ser considerada importante para os alunos de ensino médio e por não ser obrigatória a sua inserção na grade curricular, ela não foi incluída como disciplina no ensino secundário piauiense, ao contrário do que muitos pensavam, já que nesse mesmo período o sociólogo Fernando Henrique Cardozo era presidente do país.

Nessa perspectiva, é de suma importância destacar que o presidente da república citado anteriormente tinha como argumento principal para a não inclusão da Sociologia no ensino médio, a falta de profissionais para suprir a demanda da disciplina nas escolas, uma vez que essa escassez tinha como um dos principais motivos à ausência e presença da Sociologia na Educação Secundária, mas esse é um assunto que será discutido mais a frente.

Mas foi em 2002 que a Sociologia tornou-se disciplina obrigatória no ensino médio piauiense, cuja ano foi sancionada a lei 5.523 pelo governador Hugo Napoleão. Entretanto, mesmo a Sociologia tornando-se obrigatória nas escolas de ensino secundário do Piauí, muitos são os problemas que ela enfrenta perante a realidade tanto estadual quanto nacional.

Dessa forma, a obrigatoriedade não fez com que a disciplina não seguisse os mesmos problemas ocorridos durante sua trajetória no ensino secundário brasileiro, a

falta de professores, a ausência de estudos sobre sua inclusão no ensino médio, que contribuiriam para a melhoria de conteúdos e metodologias a serem aplicadas em sala de aula. Assim, mesmo a Sociologia sendo obrigatória no Piauí desde 2002, além dela ter se tornado desde 2008 obrigatória em todo território nacional, muitos são os desafios e embates que a disciplina têm passado.

No entanto, não é só de más notícias que se vive a Sociologia no ensino médio, como por exemplo, desde 2011 no Estado do Piauí a licenciatura em Ciências Sociais é ofertada pela Universidade Federal do Piauí nos *campi* de Teresina e Parnaíba através do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), oferecido para professores já graduados e atuantes na docência no ensino básico, mas esse quadro veio a melhorar em 2014, pois a licenciatura em Ciências Sociais se estendeu para a Universidade Estadual do Piauí nos *campi* de Parnaíba e Teresina. Pode-se perceber, com isso, que a Lei nº 11.645/08 contribuiu para uma pequena parcela de legitimidade da Sociologia como componente escolar, proporcionando para o licenciado uma visão mais clara e ampla sobre o seu campo de atuação e colaborando para seu melhor desempenho em sala de aula.

### **1.3 A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO DE PARNAÍBA-PI**

A partir de uma pesquisa realizada por mim e pelo meu orientador professor Doutor Radamés de Mesquita Rogério pelo Programa de Iniciação Científica (PIBIC) com os professores de Sociologia na Cidade de Parnaíba no ano de 2016, percebeu-se que muitos são os dispositivos da lei 11.645/08 não estão sendo cumpridos, em especial o pequeno número de profissionais formados na área que lecionam a disciplina nas escolas.

Uma vez que, como relatado anteriormente no Estado do Piauí aumentou a oferta dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais, conseqüentemente o número de profissionais capacitados na área aumentou de maneira significativa, porém, é preciso entender os principais motivos que colaboram para que esses licenciados não sejam lotados nas escolas, como por exemplo, a realidade da educação estadual em todo país faz com que esses profissionais busquem especialização para trabalharem como pesquisadores ou como professores no ensino superior, já que nessa modalidade de ensino a remuneração é melhor e o risco da disciplina ser retirada é quase zero.

Além disso, outro fator corrobora para a não inserção dos licenciados nas salas de aulas, visto que a condição da Sociologia na Educação Básica é complexa e carrega consigo vários problemas que fazem parte de toda sua trajetória. Exemplo disso, segundo Tomazi e Gomes (2007), “alguns Estados possuem licenciados em Ciências Sociais em número suficiente para a demanda, mas não há concursos específicos ou poucos concursos que esses licenciados sejam incorporados. Em outros, há concurso, mas não existem licenciados suficientes” (p. 594).

Nessa perspectiva, no Estado do Piauí em 2018 será concluída a primeira turma de licenciatura em Ciências Sociais, e por enquanto não existem expectativas em relação a concurso para lotar esses profissionais nas escolas do Estado. Dessa forma, podemos constatar que a escassez de concursos para docentes da disciplina de Sociologia é um dos principais motivos do alarmante número reduzido de profissionais formados em Ciências Sociais dando aula no ensino médio piauiense.

Além da falta de concursos para licenciados em Ciências Sociais, a deficiência de trabalhos desenvolvidos por professores de Sociologia ativos contribui para que estes não participem do desenvolvimento de metodologias e práticas pedagógicas para o melhor desempenho do papel do docente em sala de aula. Uma vez que, o próprio número de professores formados na área torna-se uma explicação para o fato de quase não existir trabalhos produzidos por professores atuantes no ensino médio, já que grande maioria é de profissionais que migram de outras áreas do conhecimento para preencher as vagas na disciplina, e conseqüentemente tratam a Sociologia como secundária em seus estudos, pois as áreas aos quais são formados tendem a ter maior importância.

Aliado ao reduzido número de professores de Sociologia licenciados em Ciências Sociais está o fato de que estes não aprofundam seus estudos sobre a trajetória da disciplina no ensino médio brasileiro, visto que essa deficiência já acontece desde a universidade. A partir disso, podemos pensar que se até os próprios docentes formados em Ciências Sociais não conhecem a história da disciplina no ensino secundário, imagina o restante dos professores de Sociologia que não tem formação na área, e que só tiveram contato com a Sociologia a partir de uma disciplina concluída na universidade, aliás, esse ponto ainda se torna mais assustador, pois existem professores que nem se quer tiveram contato com ela durante sua formação. Segundo Moraes *et al* (2006):

A Sociologia é uma disciplina bastante recente – menos de um século, reduzido a sua presença efetiva à metade desse tempo; não se tem ainda formada uma comunidade de professores de Sociologia no ensino médio, quer em âmbito estadual, regional ou nacional, de modo que o diálogo entre eles tenha produzido consensos a respeito de conteúdos, metodologias, recursos, etc. (p. 103).

Nesse sentido, percebe-se que a falta de conhecimento desses profissionais que são licenciados em Ciências Sociais parte do modo como a disciplina no ensino médio é vista pela academia, dando pouca atenção para a maneira como ela é aplicada em sala de aula. Por um lado, essa realidade é presente nos cursos de Ciências Sociais por causa do histórico da disciplina no Brasil, devido ao fato de um momento ela estar presente e noutro ela estar ausente, fazendo com que tenha poucos estudos sobre educação de Sociologia no ambiente escolar, influenciando no baixo número de estudos com o objetivo de desenvolver novas metodologias para a melhoria das aulas.

Já por outro lado, existe uma divergência entre o bacharelado e a licenciatura, cuja relação contribui para que muitos docentes licenciados em Ciências Sociais produzam poucas pesquisas após estarem em sala de aula, já que para muitos pesquisadores os profissionais licenciados em Ciências Sociais são formados para serem professores de Sociologia, e não para serem sociólogos. Dessa forma, o ato de pesquisar é um papel que pode ser praticado somente por bacharéis em Ciências Sociais?

Pois bem, a análise sociológica é independente da modalidade do curso, além disso, uma vez que tanto o bacharel quanto o licenciado conhecem os métodos e a maneira de fazer uma pesquisa. Um professor de Sociologia pode estimular seus alunos a pesquisar e analisar o próprio ambiente escolar no qual estão inseridos, percebendo o modo como acontece os preconceitos, refletindo sobre os distintos grupos sociais existentes na escola, aliás, a Sociologia como disciplina que desnaturaliza os preconceitos e desigualdades proporciona para os alunos desconstruir com a cultura do machismo, através do entendimento sobre a relação de gênero na sala de aula, oportunidade na qual o docente pode aproveitar para aplicar uma pesquisa sociológica conjuntamente com seus alunos. Segundo Konder e Maria (2006):

O conhecer a sociedade em que se vive e as suas necessidades é essencial para que se possa estar ciente do que nos cerca, dos movimentos que conduzem o mundo e a cada um de nós e, tendo por base o conhecimento científico da sociedade e da educação, é possível encontrar caminhos para a tomada de decisões ou as reformas sociais (p. 39).

Nessa perspectiva, é de suma importância o papel do professor de Sociologia no rompimento com as discriminações e desigualdades existentes nas relações sociais, através da desnaturalização ele proporciona para seus alunos o conhecimento de que os preconceitos são fatos sociais, cujos quais são internalizados de maneira inconsciente por eles, e que através do estranhamento eles possam compreender a estrutura social na qual estão inseridos, rompendo com o etnocentrismo enraizado. Dessa forma, percebe-se o valor que a análise sociológica pode trazer para o ensino médio. Uma vez que, segundo Ianni (1996), “a Sociologia lida com relações, os processos e as estruturas sociais” (p. 27).

Em relação aos estudos desenvolvidos na academia sobre a Sociologia no ensino médio, atualmente o quadro apresenta uma melhora, já que muitos são os trabalhos tendo como temática o histórico da disciplina no ensino básico brasileiro, o desenvolvimento de novas metodologias, práticas pedagógicas e conteúdos a serem trabalhados em sala de aula.

Após a sanção da lei 11.645/08, houve um aumento de grupos e laboratórios de estudos sobre o ensino de Sociologia, conseqüentemente aumentou o número de eventos e congressos debatendo a temática, o Encontro Nacional de Ensino de Sociologia no Brasil (ENESEB) é um grande exemplo sobre a discussão do ensino da disciplina atualmente, outro exemplo é o Laboratório de Estudos e Pesquisas do Ensino de Sociologia (LEPES) que está na ativa desde 2016 na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) campus de Parnaíba, do qual faço parte e que foi fundamental para o presente estudo.

A partir da realidade na qual a Sociologia perpassa dentro do ensino médio brasileiro, no ano de 2016 foi realizado por mim e pelo meu orientador professor Doutor Radamés de Mesquita Rogério o Censo do Professor de Sociologia do Município de Parnaíba-PI, cuja pesquisa foi cadastrada no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Os principais motivos da nossa pesquisa estavam voltados para o fato de entender quem são os atuais professores de Sociologia do município parnaibano, compreender a sua realidade tanto no ambiente escolar como fora dele, a partir do levantamento de informações sobre qual sua área de formação, procurando refletir que existem professores de Sociologia que não tiveram sequer contato com a disciplina durante seu curso superior.

Além disso, conhecer qual sua carga horária semanal no ensino somente de Sociologia e também de outras disciplinas, procurando analisar a partir dos dados obtidos o tempo que o docente gasta para preparar as aulas de Sociologia, atrelado a isso, saber o que o professor (a) pensa sobre o ensino de Sociologia na escola.

Para a operacionalização da pesquisa inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico dos estudos realizados sobre a disciplina de sociologia no Brasil. Depois foram realizadas entrevistas com perguntas tanto fechadas quanto abertas com o total de dezoito professores, não fizemos pretensão em escolha de professores da rede Estadual ou Privada, ou seja, entrevistamos todos independentemente se eram da rede pública ou particular. Nosso principal objetivo estava voltado para entrevistar e fazer o levantamento dos dados com todos os professores de Sociologia que atuavam na cidade de Parnaíba no ano de 2016.

Dessa forma, percebemos que a realidade do município de Parnaíba não se distancia da realidade nacional. Como argumento principal de comparação do quadro nacional com o município onde foi aplicada a pesquisa, levamos em consideração o trabalho feito pelos professores Cristiano Bodart e Roniel Sampaio, que produziram um artigo intitulado “Um “Raio-x” do Professor de Sociologia Brasileiro: condições e percepções”, demonstrando qual era o perfil do professor de Sociologia do Brasil no ano de 2016 através do Censo Escolar produzido pelo MEC/INEP, além desses dados, os autores expõem uma pesquisa realizada por eles no ano de 2013 com 550 professores de Sociologia.

Durante a análise dos dados foi constatado que dos dezoitos professores, uma parte licenciava na rede pública e a outra na rede particular, divididos de forma igual nos dois setores. Em relação ao sexo e idade dos professores entrevistados, num aparato substancial constatamos que a maioria é de homens – 61%, cujo mais novo tinha 27 anos e aqueles que se reconheciam como pardo ou mulato representavam 50%, sendo que do restante, apenas 6% se auto identificava como negro. Entretanto, a divisão dos professores de Sociologia do Brasil apresenta 38% se auto identificando como Brancos, demonstrando uma diferença em relação aos profissionais atuantes no município piauiense.

Nesse sentido, concluindo os primeiros dados obtidos no Censo dos Professores de Sociologia do Município de Parnaíba-PI, percebemos que uma minoria era de docentes solteiros – 39%, e que a outra parte, formado pela maioria era de

professores casados – 61%.

Continuando a análise dos dados, outro fator foi de suma importância para traçar o perfil do professor de Sociologia de Parnaíba, além de refletir sobre seu papel enquanto docente responsável pela disciplina, levando em consideração a sua formação superior. Uma vez que, percebemos que a maioria esmagadora dos professores não tem formação em Ciências Sociais, e que a disciplina acaba por não ser sua principal prioridade frente à sala de aula.

Uma vez que, a partir da pesquisa constatamos que maior parte dos professores de Sociologia do município de Parnaíba não ministra somente Sociologia, sendo que 50% deles lecionavam em duas disciplinas, além de que somente 11% eram de professores que ensinavam apenas a disciplina de Sociologia.

No entanto, é necessário ressaltar que não condeno tais profissionais, mas é perceptível que a Sociologia como as outras disciplinas requerem atenção no que diz respeito aos planos de aulas, conteúdos e metodologias a serem utilizados em prol do sucesso e aprendizagem dos alunos, e que a Sociologia demanda um pouco mais de reflexão por parte do docente, pois sofre com tempo reduzido no horário escolar, sendo às vezes ministrada somente um dia por semana em cada série do ensino médio.

Nessa perspectiva, constatamos que todos os professores entrevistados possuem formação de ensino superior. Sendo a Pedagogia o curso em destaque, pois dos dezoito professores, sete deles são pedagogos. Esse dado não se refere somente à cidade de Parnaíba, pois em 2012 no município de Picos-PI, foi constatado que a maioria dos professores de Sociologia são pedagogos, lecionando em quatro escolas da cidade (SOUSA, 2012). Dessa forma, segundo Sousa (2012), “os pedagogos (a), contudo, predominam no ensino de Sociologia da maior parte das escolas secundárias. Os que têm maior tempo de experiência são aqueles que ministravam Sociologia da Educação no curso de Magistério” (p. 47).

Além da Pedagogia, também são maioria os cursos de Teologia e História, cujos quais são os números de seis e cinco professores respectivamente. Atrelado a isso, a realidade parnaibana mostra que de todos os professores entrevistados, apenas três deles são formados em Ciências Sociais, sendo que também existem três docentes da disciplina de Sociologia que são formados em Direito.

Dessa maneira, os cursos elencados anteriormente demonstram quais são aqueles que mais possuem professores lecionando as aulas de Sociologia nas escolas

parnaibanas, e que esse quadro demonstra que pelo menos boa parte dos profissionais são formados em cursos na área de humanas. Com isso, para concluirmos o quadro de cursos dos quais os professores de Sociologia são formados, fazem parte: Sistemas de informação, Letras, Filosofia, Física Geografia, Ensino religioso, Educação física, Educação artística, Comunicação social, Ciências econômicas, Ciências contábeis e Artes cênicas.

Outras informações contidas nos questionários contribuíram para analisar e refletir sobre quem são os professores de Sociologia do município, levando em consideração se são bacharéis ou licenciados podemos pensar sobre as práticas pedagógicas aplicadas por esses profissionais, e mais uma vez ressalto que não estou os condenando a partir das suas formações, e sim refletindo sobre a dificuldade daqueles professores que têm apenas bacharelado, por não serem capacitados dentro dos seus cursos de formação superior, pois não aprenderam as disciplinas pedagógicas ofertadas nas licenciaturas que colaboram para o modo como o docente irá ministrar suas aulas e repassar os conteúdos ao alunado. Nesse sentido, constatamos que de todos os professores somente um deles é bacharel, e que a maioria são profissionais formados nas duas modalidades, tanto bacharelado quanto licenciatura – 50%.

Em outra parte da pesquisa, procuramos conhecer se os professores de Sociologia possuíam pós-graduação, analisando se eles haviam continuado sua capacitação enquanto profissionais depois de graduados. Assim sendo, identificamos que grande maioria dos professores é pós-graduada, sendo o total de quinze – 83%.

No entanto, outro dado chamou atenção, pois apenas quatro professores possuíam mestrado e nenhum deles doutorado, uma vez que muitas podem ser as causas de existirem poucos professores mestres ou doutores lecionando no ensino médio, mas nossa conclusão está relacionada à diferença de remuneração oferecida pelo ensino superior, influenciando na escolha do professor em relação ao nível de ensino a lecionar.

Nessa perspectiva, Bodart e Silva (2016) apresentam que uma pequena maioria, sendo apenas oito professores doutores que ministravam a disciplina de Sociologia em 2013. Dessa forma, percebe-se a pouca atração que o ensino médio possui para professores que têm doutorado em sua formação, como já mencionei anteriormente, a baixa remuneração e a pouca valorização que os docentes do ensino básico possuem contribui para que tais profissionais escolham a carreira de docência no ensino superior.

Quanto à quantidade de escolas nas quais os professores ministravam suas aulas, independentemente se eram somente de Sociologia ou não, identificamos que os docentes lecionavam em uma e duas 39% respectivamente, totalizando 78%. Sendo que três trabalhavam em três escolas (17%) e um em quatro escolas (5%).

Conectado à quantidade de escolas nas quais trabalhavam, procuramos conhecer também a carga horária semanal total tanto em relação a todas as disciplinas que ministravam quanto a apenas a disciplina de Sociologia. Com isso, constatamos que existe uma relativa alteração dos horários dos professores, porém, a carga horária de 40 horas é a efetivada pela maioria dos professores – 44%, e que a carga horária semanal ministrada por eles em Sociologia atinge entre uma hora a dezoito horas, sendo em grande parte uma hora/aula em cada série por semana. Por esse motivo:

É recorrente as queixas entre os professores em relação ao excesso de aulas semanais e as poucas horas reservadas para o planejamento das aulas, sobretudo em se tratando de uma disciplina marcada pela carência de indicações de conteúdos mínimos, material pedagógico e métodos de ensino consolidados (BODART; SILVA, 2016, p. 222).

Procuramos também conhecer a realidade socioeconômica dos professores entrevistados, analisando seu perfil a partir da renda mensal da família em sua casa, o tipo de moradia e com quem moravam. Dessa maneira, em um quadro geral identificamos que grande parte – 56% - tinha renda superior a cinco salários mínimos, sendo uma quantia maior do que 4.400 reais. A maioria desses docentes – 61% - morava em casa própria e com outros familiares que não os pais. Além desses dados, observamos que o chefe de família, cujo dado também foi obtido a partir dos questionários, possibilitar refletir que a maior parte dos professores entrevistados é chefe de família, visto que 72% dos chefes de família tinham pós-graduação.

Esses são alguns dos dados que conseguimos levantar a partir da pesquisa realizada, uma vez que foi possível coletar muitas informações que foram de suma importância para o objetivo principal aqui buscado. Assim, de maneira geral constatamos que o perfil do professor de Sociologia do ensino médio de Parnaíba no ano de 2016, tinha o sexo masculino como predominante, se auto intitulava como pardo ou mulato, além de ser casado e possuir mais de 32 anos. Sua situação financeira apresentava uma renda superior a cinco salários mínimos, ou seja, ganhava mais de 4.400 reais mensais e morava em casa própria e com outros familiares que não os pais. Esse docente era graduado em mais de um curso, além de possuir especialização.

Quanto ao número de escolas e de disciplinas ministradas por esse profissional, ele trabalhava em uma ou duas escolas, lecionando, sobretudo além da Sociologia, as disciplinas de História e Filosofia. Sendo sua carga semanal geral num padrão de 40 horas, e especialmente uma hora/aula a dezoito horas/aula na disciplina de Sociologia.

Portanto, traçar o perfil do professor de Sociologia da cidade de Parnaíba serviu para demonstrar que mesmo após quase uma década da disciplina se tornar obrigatória no ensino básico brasileiro, há ainda muito que se fazer, pois é preciso mudar a visão que os alunos possuem sobre a Sociologia na sala de aula. Dessa forma, aumentar e fortalecer o número de professores de Sociologia licenciados em Ciências Sociais contribui para legitimar a disciplina enquanto componente curricular do ensino médio. Uma vez que essa tarefa é de suma importância para quebrar com argumentos como o de Fernando Henrique Cardoso durante seu governo, que não incluiu a Sociologia na grade Curricular da Educação Básica por que tinha como explicação o fato de haver poucos profissionais formados na área.

Relacionado ao histórico de inclusão da Sociologia no ensino médio brasileiro, o presente trabalho procura também apresentar as principais correntes teóricas que circulavam no campo científico, que contribuíram e influenciaram para a reprodução e legitimação do racismo no cenário brasileiro. Dessa forma, no capítulo seguinte será mostrado o papel dos intelectuais por meio das ideias que tinham legitimidade no meio científico, como por exemplo, o evolucionismo, que tinha como um dos principais objetivos apresentar a superioridade do homem branco europeu, que segundo os evolucionistas, a “raça” branca era o auge da evolução humana.

Desse modo, será apresentada a relação entre o trabalho do professor de Sociologia e a inserção da Lei 10.639/03 no ambiente escolar, por meio de entrevistas com seis professores de Sociologia do ensino básico da cidade de Parnaíba, será analisado o modo como a Cultura-Afro através da Lei 10.639/03 está sendo inserida na sala de aula, refletindo sobre a formação desses docentes, percebendo a influência da formação dos mesmos na prática docente.

## 2. AS TEORIAS INTELECTUAIS NA REPRESENTATIVIDADE SOCIAL DO NEGRO

Nesse capítulo buscaremos apresentar a influência que os intelectuais possuem sobre a visão que é propagada no “senso comum”, construindo através da representatividade social uma visão homogeneizada sobre a cultura e a moral que as pessoas concebem como absoluta. Para tanto, usarei Antonio Gramsci (1978) como o autor que explica o papel dos intelectuais sobre as relações entre as classes sociais, promovendo a hegemonia da classe dominante sobre as classes subalternas, desenvolvendo dessa maneira um padrão cultural e moral presente entre os indivíduos da classe dominante.

O autor apresenta cada classe como detentora de intelectuais orgânicos, cuja função é “bastante importante no processo da reprodução social, na medida em que ocupam espaços sociais de decisão prática e teórica” (MARI, 2011, p. 66). Segundo Gramsci (1978), esses intelectuais não são encontrados somente na classe dominante.

No entanto, apresentarei tais indivíduos a partir da classe dominante, demonstrando que eles possuem um *poder simbólico* que contribui para a formação de uma hierarquia cultural e social, já que os mesmos através de argumentos científicos constroem ferramentas que colaboram para a dominação exercida pelos indivíduos detentores do poder. Em suma, “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e em particular, do mundo social)” (BOURDIEU, 2002, p. 9).

Sendo assim, o presente capítulo tem como objetivo principal apresentar a influência que os intelectuais possuem sobre a formação de hierarquias entre os homens, sendo o preconceito racial um dos resquícios de influência dos pensamentos desenvolvidos por esses indivíduos. Dessa maneira, colocarei as principais teorias que colaboraram para o pensamento que até hoje sobrevive, em que o eurocentrismo torna-se o principal vestígio de um passado que por meio de argumentos científicos procurou pôr o branco europeu como o indivíduo mais evoluído nos aspectos social e cultural, ou seja, os intelectuais procuraram impor padrões europeus como o centro hegemônico dentre os outros povos, concebendo o branco europeu como parâmetro a ser buscado.

Nessa perspectiva, apresentaremos neste texto em especial o negro africano, cujo qual seu povo foi escravizado com o argumento que eles precisavam ser

civilizados, pois eram reconhecidos pela elite europeia como indivíduos “primitivos”. Desenvolvendo a partir dessa época o preconceito racial que sobrevive nos dias de hoje. Com isso, conhecer as principais teorias de hierarquia humana produzida pelos intelectuais, torna-se de suma importância para entender por que a discriminação racial sofrida por pessoas negras se perpetua no cenário brasileiro.

Assim sendo, este capítulo é primordial para esclarecer o objetivo principal buscado por esse trabalho, pois através do conhecimento das teorias que influenciaram na perpetuação do racismo, o entendimento da prática sociológica em sala de aula passa a ser mais compreendida, já que a Sociologia através do arcabouço teórico proporcionado pelas Ciências Sociais possui potencial para romper com o racismo presente no cenário brasileiro.

## **2.1 OS EVOLUCIONISTAS SOCIAIS E SEUS LIMITES**

Dentro do campo intelectual das Ciências Sociais a temática racial não é um assunto novo, sua discussão tem sido desenvolvida nos mais diferentes enfoques, construindo ao longo do tempo mecanismos de hierarquia biológica entre os indivíduos a partir das diferenças culturais e sociais dos povos, promovendo dessa maneira preconceitos e discriminações, fortalecendo e legitimando a dominação que muitos povos sofreram.

Nesse sentido, os evolucionistas que se destacam no campo científico das Ciências Sociais são Edward Taylor, Lewis Morgan e James Frazer, que a partir da antropologia estudaram o evolucionismo levando em consideração aspectos culturais e sociais, determinando dessa maneira uma hierarquia biológica. Assim como Castro (2006), busquei elencar os três autores para fazerem parte da contextualização aqui proporcionada por que todos são pensadores importantes do evolucionismo no campo antropológico, mais conhecido como evolucionismo social.

Portanto, para entender de maneira mais clara é preciso entender como surgiu a teoria da evolução. De início os intelectuais se perguntavam de onde veio a humanidade? Para onde iriam os homens? Perguntas das quais iam contra o modo cristão de ver o mundo. Nessa perspectiva, o inglês Charles Darwin escreve o livro “A origem das espécies”, no qual ele buscou explicar que por meio de mutações genéticas ocorre uma evolução entre os seres vivos, porém, não são todos que seguirão essa

lógica, mas somente aqueles que são mais aptos para sobrevivência na natureza. Dessa maneira, a partir desse ponto podemos perceber que o homem sempre buscou refletir sobre a humanidade, entender a origem e o futuro da mesma.

Uma vez que, “a reflexão do homem sobre o homem e sua sociedade, e a elaboração de um saber são, portanto, tão antigos quanto a humanidade, e se deram tanto na Ásia como na África, na América, na Oceania ou na Europa” (LAPLANTINE, 2013, p. 13).

Nesse sentido, surge na Europa a Antropologia que ligada ao expansionismo colonial europeu buscava entender o homem em sociedade, compreendendo suas características culturais e sociais, já que a partir desse período houve um intenso contato com os mais diferentes povos por todo o mundo. É preciso ressaltar, que por ter surgido na Europa, a Antropologia explicava a estrutura desses povos a partir da visão dos europeus, levando em consideração relatos de viajantes, missionários, etc., mais conhecida como “antropologia de gabinete”.

Além disso, é de suma importância entender o *parasitismo social* exercido pelos europeus, nos quais através de suas ideologias procuravam enriquecer a todo custo, sem levar em consideração a importância e a singularidade dos povos nativos, destruindo em algumas regiões riquezas naturais, culturais e como aconteceu na África, escravizou os negros com o objetivo de enriquecer (BOMFIM, 2008).

Nesse contexto, os intelectuais viam os nativos como povos “primitivos”, uma vez que entendiam que os seres humanos passariam por um estágio de evolução para chegar ao progresso, no caso o homem “civilizado”, ou seja, o homem europeu. Pensamento esse que faz relação com a teoria humanista de Rousseau, que tinha como conceitos principais a “perfectibilidade” e a “liberdade” que juntas explicavam a diferença entre os homens e os animais, já que essas capacidades proporcionavam ao homem a habilidade de sempre se superar. No entanto, os intelectuais europeus entendiam que essa capacidade humana pensada por Rousseau não estava ao alcance de todos, dessa maneira certos povos precisavam de ajuda para chegar ao ápice da evolução, ou seja, a “civilização”.

Dessa maneira, os povos eram vistos a partir de uma visão etnocêntrica dos europeus. “As produções simbólicas são simultaneamente produções sociais que sempre decorrem de práticas sociais. Não devem ser estudadas em si, mas enquanto representações do social” (LAPLANTINE, 2013, p. 116). Nesse sentido, a partir do

etnocentrismo os homens tendem a viver em sociedade de acordo com a estrutura social que estão inseridos, considerando seus costumes, valores e cultura como absolutos à frente dos outros. Segundo o pensamento dos antropólogos culturais Frazer, Morgan e Taylor, também conhecidos como intelectuais da ideologia evolucionista social, os europeus, em detrimento dos outros povos teriam um desenvolvimento cultural superior.

Cultura é o modo próprio de ser do homem em coletividade, que se realiza em parte consciente, e em parte inconscientemente, constituindo um sistema mais ou menos coerente de pensar, agir, fazer, relacionar-se, posicionar-se, perante o absoluto, e, enfim, reproduzir-se (GOMES, 2007, p. 36).

Sendo assim, eles tinham como objetivo identificar o modo como ocorria a evolução sociocultural da humanidade, desenvolvendo um quadro de explicação que esclarecesse o início da história de todos os homens. A partir da civilização e do progresso, conceitos que faziam parte de um processo que tinha como finalidade traçar um modelo universal da sociedade, os autores iriam classificar todos os costumes, colocando-os numa escala que permitia observar a evolução da humanidade.

Deste modo, “tratava-se de entender toda e qualquer diferença como contingente, como se o conjunto da humanidade estivesse sujeito a passar pelos mesmos estágios de progresso evolutivo” (SCHWARCZ, 1993, p. 76). Nesse sentido, os evolucionistas sociais Frazer, Morgan e Taylor buscaram através do método comparativo tirar elementos de cada região originária para determinar em qual nível de progresso estava cada povo, uma vez que suas pesquisas não tinham contato direto com os nativos, ou seja, eles não conheciam a observação participante, método cujo qual foi formulado por Bronislaw Malinowski (1978) e que foi um marco para a pesquisa antropológica, pois rompeu com os trabalhos antropológicos que antes eram feito no “gabinete”.

Além do fato de traçarem uma hierarquia cultural entre os homens, tais pensadores procuraram, através da análise do mundo social, fazer relação com as ciências naturais, demonstrando que as aptidões culturais exercidas pelos homens partiam de aspectos biológicos, ou seja, a cultura passa a ser entendida como um meio de produção proveniente de capacidades naturais transmitidas ao indivíduo por estruturas legadas geneticamente.

Em contra partida à ideologia evocada pelo pensamento evolucionista, o antropólogo Franz Boas (2010) surge com a perspectiva de que não existe uma cultura

superior ou inferior, mostrando que a variação cultural característica das diferentes estruturas sociais nas quais o homem está inserido possui um valor particular, rompendo dessa forma com o etnocentrismo que predominava no pensamento antropológico da época.

Assim, por meio do relativismo cultural criado por Boas (2010), os vários povos começaram a ser estudados levando em consideração seus aspectos culturais e sociais particulares da sua estrutura, uma vez que cada cultura percorre uma trajetória particular que diz respeito ao caminho percorrido ao longo de seus eventos históricos, distinguindo o caminho traçado de um povo para o outro.

Dessa maneira, podemos perceber que essa linha de pensamento fez com que o homem refletisse que sua condição era explicada por um aspecto singular e ao mesmo tempo plural. Singular por que todos fazem parte de uma mesma espécie biológica, e plural por que existe uma diversidade cultural entre os povos. Nessa perspectiva, segundo Clifford Geertz (2008), “um dos mais significativos fatos sobre nós pode ser finalmente a constatação de que todos nós nascemos com um equipamento para viver mil vidas, mas terminamos no fim tendo vivido uma só!” (p. 43).

Portanto, nesta etapa do capítulo tivemos como principal objetivo apresentar o evolucionismo, em especial os evolucionistas sociais, traçando seus limites e demonstrando o quão forte foi o papel dos intelectuais naquela época, uma vez que faziam parte de uma cultura de elite que, portanto influenciava no modo como desenvolviam suas teorias, colocando a cultura europeia como acima das outras culturas dos mais diferentes povos, e que por isso ela teria que predominar em detrimento dos demais (GRAMSCI, 1978).

Dessa maneira, a influência dos intelectuais foi fundamental tanto no sentido de formar uma hierarquia entre os homens a partir de diferenças culturais, como o de romper com a ideologia evolucionista social, cujos autores Frazer, Morgan e Taylor procuraram apresentar a cultura europeia como o auge da evolução humana, uma vez que segundo eles todos os povos tinham por obrigação passar por estágios de progresso para alcançar o “estado de civilização” no qual se encontravam os europeus.

## **2.2 O CAMPO CIENTÍFICO E A LEGITIMIDADE DO RACISMO**

A influência do campo científico, em especial dos intelectuais na legitimidade

do racismo ocorreu de maneira bastante explícita em meados do século XIX, pois diversas foram as teorias que se alojaram na discussão científica: o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo. No entanto, tais ideias passaram a ser interpretadas de forma direcionadas, pois usaram dos principais conceitos e particularidades dessas correntes teóricas para analisarem a realidade na qual se encontrava o Brasil, fazendo com que seus ideais fossem unidos em nome do pensamento racial que estava se instaurando naquela época.

Nesse viés, os teóricos que tinham como principal objetivo a explicação científica de uma suposta degeneração brasileira, cuja ideia é pautada a partir de Cornelius de Paw, que até então chamavam de *degenerados* as pessoas que faziam parte de certas espécies consideradas inferiores, pois em comparação com aquelas outras “raças” tidas como superiores, sua complexidade na conformação orgânica era mais fácil de ser estudada.

Nessa perspectiva, começaram a implantar uma ideologia de pensamento que reproduzia uma visão inferiorizada de determinados indivíduos pertencentes a certas “raças”, dentre as quais a “raça negra” foi a que mais sofreu perseguição por meio da cientificidade, argumentando de modo afirmativo que a culpa das mazelas sociais, econômicas e culturais do Brasil estava diretamente ligada aos negros.

Nesse contexto, surgem duas correntes de pensamento, o monogenismo e o poligenismo, doutrinas que tentavam explicar a origem da espécie humana. Sendo assim, dentre ambos destaca-se o pensamento poligenista que compreendia a miscigenação como elemento influente na degeneração dos brasileiros, além de explicar que certas pessoas eram mais evoluídas do que outras devido à “raça” que pertencera, já que segundo a teoria poligenista a espécie humana surgiu de diversas origens, mostrando a natural desigualdade tanto intelectual quanto física das diferentes “raças” (SCHWARCZ, 1993).

Dessa forma, em meio ao debate sobre a origem da humanidade percebeu-se que o poligenismo caminhava como a teoria mais dominante no meio científico, fortalecendo-se principalmente com ciências que contribuíam para a explicação sobre a superioridade de algumas espécies, como por exemplo, existia a *frenologia*, ciência que interpretava a capacidade humana através do cérebro dos indivíduos, tal ciência apresentava que o cérebro explicava a clara diferença na evolução humana, devido ao fato das “raças” terem vindo de diferentes origens.

A frenologia alcança tal visibilidade que acaba sendo amplamente utilizada. Inventam-se jogos, proliferam cursos, criam-se museus, assim como tomam força novos modelos artísticos como a caricatura, que encontra na frenologia vasto material de inspiração (SCHWARCZ, 1993, p. 49).

Nesse sentido, surge também o cientista Cesare Lombroso ganhando grande respaldo com seus estudos na área de *antropologia criminal*, cuja teoria “argumentava ser a criminalidade um fenômeno físico e hereditário” (SCHWARCZ, 1993, p. 65), passando a identificar e interpretar algumas pessoas devido às características físicas que apresentavam, pois segundo ele, a partir de características físicas alguns indivíduos teriam uma tendência natural a cometer assassinatos, a roubar, a virarem alcóolatrás, etc.

Com isso, podemos perceber o tamanho da influência que o pensamento científico tinha no dia a dia dos indivíduos, afetando de maneira direta o cotidiano e de certa forma o bem-estar de determinados sujeitos, tendo como principal vítima os negros, visto que estes eram os principais alvos dos pensamentos racistas que circulavam em meio ao campo intelectual que se instaurava no país, inspirados por teorias europeias, como por exemplo, o evolucionismo, no qual como já vimos teve grande influência na colonização de diversos povos por todo o planeta.

Tanto o monogenismo – ciência que explicava que os indivíduos vieram de uma origem em comum, e de certa forma alguns evoluíram mais que os outros por causa de uma dada perfeição ligada ao jardim do Éden - quanto o poligenismo ainda que um tivesse maior aplicação científica, ambas as teorias imperavam e complementavam as doutrinas raciais no século XIX. O poligenismo fazia parte dos estudos antropológicos e o monogenismo nas análises etnológicas, fazendo um leque de relações com outras áreas do conhecimento, partindo desde a biologia até a filosofia.

Nesse sentido, os teóricos racistas se apoiavam nessas diferentes vertentes para poderem compreender e explicar de maneira precisa a diferença, e principalmente, a natural inferioridade de certos indivíduos em relação a outros, argumentando através de correntes científicas vigentes na Europa que determinadas “raças”, e, dentre essas, o negro se tornara o principal causador da degeneração no contexto brasileiro e que naturalmente a sua evolução tendia a ser mais tardia do que a do branco. Segundo alguns autores evolucionistas, o branco era a “raça” que apresentava o auge da evolução humana, fazendo com que ele fosse o ideal a ser buscado pelas outras “raças”.

Buscava-se refletir e apresentar a existência das “raças puras”, pois a hibridização era tida como elemento de degeneração dos indivíduos e que era preciso ser apresentado uma solução para que se pudesse obter a reconstrução genética, alcançando dessa maneira um determinado estágio de originalidade dos homens. Deveria primeiro mostrar qual seria a verdadeira causa da degeneração, para que dessa forma pudesse buscar de maneira mais precisa a regeneração da “raça”. (SCHWARCZ, 1993).

Nessa discursão racial, o darwinismo tornar-se corrente influente na interpretação de determinadas características dos povos, sendo essa corrente teórica unificada com outras ciências: antropologia, sociologia, história, teoria política e economia. Passando a ser chamada numa perspectiva racial de *darwinismo social*, visto que muitos intelectuais se apropriariam das ideias fornecidas por Charles Darwin sobre a natureza para poderem relaciona-las com os fenômenos sociais. Utilizando-se conceitos básicos como: competição, seleção do mais forte, evolução e hereditariedade.

Em meio à explicação de todos esses pensamentos e doutrinas, é preciso ressaltar que o negro se torna o principal motivo de acusação sobre a degeneração das “raças”, e principalmente que sua evolução não segue o mesmo ritmo da evolução dos brancos, no caso os europeus, sofrendo dessa forma perseguição nos mais diferentes enfoques, sendo privados de manifestar seus valores, costumes, enfim, sua cultura.

Desse modo, tais teóricos que seguiam a ideologia evolucionista social argumentavam ser esse o motivo dos europeus serem o povo responsável por levar a civilização para os outros povos, principalmente para a África, já que esse continente era considerado terra de pessoas que eram incivilizadas e que não teriam chegado a um nível de progresso do qual o europeu considerava o modelo a ser seguido. Segundo Schwarcz (1993), “Civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais”. (p.57).

A partir disso buscaram desenvolver dispositivos que contribuíssem para a “salvação” dos brasileiros enquanto sujeitos pertencentes a uma “raça” na qual sofria degeneração. Nessa perspectiva, as políticas de *eugenia* surgem como um dos principais métodos de regeneração da “raça” que pôs em questão os métodos utilizados pelos teóricos racistas do século XIX, cuja meta era intervir na reprodução das populações. Segundo Schwarcz (1993), os eugenistas entendiam que a capacidade humana não era

uma função simplesmente da educação, e sim da hereditariedade da espécie. Buscando mostrar a seleção social como o caminho a ser seguido, porém, essa linha de pensamento não estava de acordo com outras correntes teóricas que seguiam, como por exemplo, o evolucionismo cultural, que entendiam ser o progresso, o estágio obrigatório que todos os povos iriam passar.

Portanto, podemos perceber que no século XIX o racismo foi legitimado pelos intelectuais que formavam o pensamento científico da época, influenciando a visão que o *sensu comum* tinha de determinados indivíduos, como por exemplo, os negros, que eram compreendidos como inferiores, incivilizáveis, não perfectíveis e não suscetíveis ao progresso. Com isso, nos interrogamos sobre a seguinte questão: Por que o racismo conseguiu tão grande prestígio nos fins do século XIX? Pois bem, esse fato justifica-se principalmente porque essas teorias serviam como argumento de domínio dos europeus sobre o resto do mundo e principalmente sobre os negros, já que se as outras “raças” eram consideradas inferiores, deveriam elas ser submetidas aos brancos, além de serem usadas às teorias evolucionistas de Darwin como pilar de dominação e harmonização no campo intelectual europeu. (LEITE, 1976).

### **2.3 DEMOCRACIA RACIAL: MITO OU REALIDADE?**

Em meio ao pensamento intelectual que se perpetuava no campo científico no século XIX a respeito das mazelas sociais, econômicas e culturais do país, colocando esses fatores como causa da inserção dos negros na sociedade brasileira, surge Gilberto Freyre com o livro *Casa Grande e Senzala* (2003), com a tentativa de mostrar de fato como ocorreu a construção social do Brasil, apresentando a importância das três “raças” – branca, indígena e negra – para nossa formação.

Freyre (2003) fazia parte de uma elite pernambucana que teve contato direto com o período escravocrata que foi instaurado no Brasil durante 400 anos. Outro fator que contribuiu para o pensamento freyriano está relacionado ao tempo que ele foi aluno de Franz Boas, sofrendo grande influência da escola americana de antropologia cultural. No mesmo passo de Boas, Freyre tentou mostrar a partir de sua obra o valor de cada raça, apresentando de forma igualitária o papel de cada um para que o país fosse desenvolvido, rompendo dessa maneira com o *eurocentrismo* que predominava e que ainda hoje temos resquícios dessa cultura hegemônica no cenário brasileiro.

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano (FREYRE, 2003, p. 367).

É preciso ressaltar que Freyre (2003) desenvolveu seu livro a partir de toda uma estrutura social na qual estava inserido, reproduzindo de forma inconsciente os ditames do seu cotidiano, relacionando sua convivência com os negros de maneira harmoniosa. Além disso, sua posição enquanto homem branco e senhor de escravos influenciou na sua interpretação sobre o papel da casa grande na relação pacífica entre os diferentes indivíduos.

Nessa perspectiva, o autor vangloria a cultura patriarcal mesmo enfatizando a importância do negro na formação do país. Ele apresenta o patriarcalismo como responsável pelo ambiente apaziguado que existia entre o senhor e o escravo, colando ambos num mesmo patamar de importância na construção da sociedade, enfim, “é o patriarcalismo segundo Freyre que confere unidade nacional ao país” (BASTOS, 2006, p. 106).

Um dos principais objetivos na obra de Freyre foi o de identificar a casa grande e a senzala como ambientes complementares um do outro, formando a partir dessa união toda uma estrutura econômica, social, política, religiosa e sexual. “Não que inexistissem relatos violentos na obra de Freyre, mas o fato é que o antropólogo idealizava uma nova civilização, cujo modelo era o da casa grande nordestina” (SCHWARCZ, 2012, p. 49). Nesse sentido, a união entre o espaço preenchido pelos senhores e o outro habitado pelos escravos parte do simples contato sexual entre negros e brancos, ou seja, a miscigenação segundo ele possuiu a função de reduzir ou até mesmo eliminar a distância que existia entre os senhores e os escravos.

Dessa forma, percebemos que Freyre não fala explicitamente que ocorra uma igualdade racial - ou como muitos críticos gostam de usar, democracia racial – nas relações entre os homens, mas ele tenta apresentar a casa grande como um espaço cujo ambiente favorecia na convivência harmônica entre o senhor e o escravo, como se fosse um local que o conflito entre o branco e o negro inexistisse. Segundo Bastos (2006), “para Freyre, as relações sociais no Brasil, desde o momento da formação, constituíram-se sem conflitos de caráter violento” (p. 119).

Mas um dos principais pontos elencados por Gilberto Freyre e que contribuiu para romper com o racismo que se perpetuava no campo científico em pleno século XIX, foi a defesa que ele faz sobre a representação dos indígenas e negros, retrucando a afirmação que acusava os índios e negros de serem os principais responsáveis pelas mazelas sociais existentes no contexto brasileiro, argumentando de modo a sucumbir o negro e o índio a posição de promíscuos sexuais.

Nesse sentido, Freyre esclarece que o sistema no qual os indivíduos estavam inseridos era o fator primordial para que o país apresenta-se um ambiente de precocidade sexual e de contaminação de doenças venéreas. Dessa forma, segundo Bastos, “é absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi obra sua nem do índio, mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente. Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência do regime” (2006, p. 132).

Portanto, entre os méritos de Freyre, o que considero principal e que tenho dado ênfase está diretamente relacionado ao rompimento que ele proporcionou com um período no qual o negro não tinha valor algum para sociedade, sua cor, seus valores, seus costumes, enfim, suas manifestações culturais eram vistas como inferiores em comparação com uma cultura eurocêntrica que predominava no cenário brasileiro. O autor conseguiu pôr o negro e o índio no mesmo patamar de importância do branco. Quero tratar em especial à situação do negro, pois é de suma importância vangloriar o negro enquanto sujeito formador do Brasil, quebrando de vez com um racismo enraizado que colaborava para a vergonha e a repulsa que muitos brasileiros tinham pelo seu passado africano. Dessa forma, os brasileiros precisam conhecer que “toda a formação social brasileira deve-se ao negro, isto é, todo brasileiro é racial ou culturalmente negro” (BASTOS, 2006, p. 128).

Todavia, mesmo resgatando a importância do negro em nossa formação, Freyre deixa escapar que exista uma relação harmônica entre brancos e negros, fazendo com que essa ideia saísse do espaço particular da casa grande e ganhasse os outros espaços sociais, representando para o mundo de maneira implícita uma falsa igualdade racial no Brasil. Em contra ponto a método freyriano de contextualizar a formação do país, Florestan Fernandes (2008) apresenta uma série de argumentos, principalmente através do livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, enfatizando em uma parte do livro uma falsa “democracia racial” implantada por Freyre (2003).

Segundo Fernandes, não existe uma igualdade entre brancos e negros na estrutura social brasileira, para ele, é preciso que tenha uma verdadeira integração do negro na sociedade. A abolição foi senão o simples fato de tonar o negro um “homem livre”, perpetuando valores e costumes herdados de um passado escravocrata que colocava em prática as relações entre senhor e escravo. O negro não oferece o mínimo de perigo para o branco no mundo do trabalho, já que a sua liberdade foi dada de forma parcial, permanecendo pressupostos que reproduziam uma consciência de senhor por parte do homem branco, e uma consciência de escravo pelo “homem de cor”. Segundo Fernandes:

Ao mesmo tempo que o “branco” não se via impelido a competir, a concorrer e a lutar contra o “negro”, este propendia a aceitar passivamente a continuidade de antigos padrões de acomodação racial. Graças aos efeitos sociopáticos da desorganização social permanente e da integração social deficiente, quando o “homem de cor” superava a apatia diante do próprio destino, fazia-o para aderir a um conformismo tímido e perplexo. Era fatal que prevalecessem orientações já estabelecidas e mais ou menos arraigadas no comportamento convencional (FERNANDES, 2008, p. 305).

Nesse sentido, “os anos posteriores à Abolição foram extremamente duros para as populações negras concentradas nas cidades. Depois de decorrido mais de meio século, ainda se fazem sentir agudamente, no seio dessas populações, os efeitos das comoções de ordem escravocrata” (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 71). Dessa forma, podemos perceber que apenas a Abolição não iria sanar os efeitos da discriminação racial sofrida pelos negros, era preciso incluir esses indivíduos em políticas públicas que os transformassem em verdadeiros cidadãos. No entanto, é infantil demais achar que em pouco tempo iria acabar uma cultura escravocrata que foi reproduzida e legitimada durante 400 anos de história do Brasil.

Com isso, Fernandes (2008) apresenta o racismo à brasileira como sendo naturalizado, internalizado, velando uma realidade segundo um mito, cuja particularidade apresenta uma verdadeira “democracia racial” dentro da conjuntura social do país. Dessa maneira, tanto o racismo quanto o mito são internalizados de forma inconsciente através de fios invisíveis de socialização, formando dessa maneira nosso *habitus*, segundo o qual é o conjunto de nossos valores, costumes, gostos e cultura (BOURDIEU, 2008). Sendo o racismo um dos resquícios de uma cultura hegemônica e que sobrevive até os dias de hoje.

Destarte, é de suma importância esclarecer a verdadeira realidade do Brasil,

apresentando uma verdadeira desigualdade racial, onde pessoas são julgadas a partir de sua cor, sofrendo discriminação por causa de um passado que representava o negro como mercadoria, e que principalmente, reproduz de forma obscura uma desigualdade racial internalizada inconscientemente por mecanismos sociais que ao mesmo tempo apresenta a realidade brasileira como munida de uma falsa e mentirosa “democracia racial”.

## **2.4 DISCRIMINAÇÃO RACIAL À BRASILEIRA**

Como foi apresentado ao decorrer do capítulo, contextualizei as principais teorias do passado que influenciaram no modo como os negros foram representados socialmente, e que até hoje se perpetua um imaginário que contribui para a reprodução e prática da discriminação racial, principalmente no cenário brasileiro cujo panorama demonstra uma tentativa de obscurecer o racismo que atinge milhões de indivíduos no dia a dia através da violência simbólica que dificulta ainda mais o combate ao racismo sofrido pelos negros.

Nesse sentido, a prática docente surge como primordial para o combate ao preconceito racial reproduzido implicitamente e também explicitamente no contexto brasileiro. Uma vez que a educação possui papel importante na quebra com os preconceitos presentes na sociedade. Além disso, a Sociologia para o ambiente escolar tem competência para contribuir no combate ao racismo por meio da desnaturalização do mesmo.

Para entender de maneira mais clara a discriminação racial que acontece no Brasil, é de suma importância explicar o que significa “discriminação racial”, e também esclarecer o conceito de “raça”, pois “é preciso que se tenha um conceito de “raça” para que ajude o pesquisador a compreender certas ações subjetivamente intencionadas, ou o sentido subjetivo que orienta certas ações sociais” (GUIMARÃES, 1999, p. 15). Dessa forma:

Discriminação racial refere-se à qualquer distinção, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública (CONVENÇÃO DA ONU, 1996, p. 1).

Por sua vez:

Raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais - assim como o são fantasias, mitos e ideologias - como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas (SCHWARCZ, 2012, p. 34).

Segundo José D'assunção Barros (2014), “ninguém nasce negro ou branco, aprende-se a ser negro ou branco no seio de determinadas sociedades que, através de indivíduos e complexos processos culturais, terminaram por implantar esta forma de percepção na mente de cada um [...]” (p.11). Nesse sentido, segundo o autor, em seu livro *A Construção Social da Cor*, o termo “raça negra” foi formulado pelos colonizadores para colocar todos os negros africanos em um só patamar de identificação, visto que esses indivíduos não se reconheciam enquanto “negros”, e sim se autodenominavam a partir da tribo que pertenciam, tais como: haúças, egbás, ijexás, mendigas, dentre muitas outras comunidades africanas. Nessa perspectiva, “O que fez a empresa do tráfico no período moderno foi isto: ciar e limitar uma noção de ‘branco’ à Europa Ocidental, desconsiderando outros povos caucasianos, e ao mesmo tempo condensar todas as etnias da África negra dentro do rótulo de raça negra”. (BARROS, 2014, pág. 65).

No entanto, dentro do contexto brasileiro ocorrem dois tipos de raças: raça oficial e raça social. Para tanto, podemos refletir essas duas classificações a partir do pensamento de Oracy Nogueira (1985), no qual ele explica que existem dois tipos de preconceitos raciais: o de origem e o de marca. O primeiro diz respeito ao preconceito que é praticado nos Estados Unidos, relacionado mais precisamente a origem genealógica do indivíduo, uma vez que se ele for loiro, branco e dos olhos azuis e por ventura um dos seus pais ou avós forem negros, ele é considerado negro.

Por outro lado, o preconceito racial de marca está diretamente ligado ao Brasil, visto que ele é aplicado levando em consideração os traços físicos do sujeito, dessa maneira se ele for de pele clara, ele é considerado branco, e por outro lado se ele for de pele escura, o indivíduo é tido como negro, ou seja, o fenotípico do negro faz com que ele tenha uma “raça oficial”. Toda via, Nogueira (1985) faz uma análise que podemos relacioná-la com a chamada “raça social”, pois segundo o autor, dentro do cenário brasileiro o dinheiro tem o poder de embranquecer o indivíduo, fazendo com que ele

seja tratado socialmente como branco e que, além disso, o próprio negro chega a negar que exista racismo no Brasil.

Contudo, é necessário ressaltar que não podemos reduzir o conceito de “raça” à classe, pois desse modo estaremos velando uma alarmante realidade social. “Segundo alguns estudos, verificou-se que a agressão aos negros é não apenas socioeconômica, mas também racial, donde a grande diferença entre oprimidos negros e outros” (MUNANGA, 2015, p. 58). Dessa maneira, torna-se de suma importância combater esse reducionismo de cor ligado à classe, visto que essa relação colabora para que continue havendo a ideia de que exista uma igualdade entre as pessoas independentemente da sua cor, argumentando que a causa do seu fracasso está diretamente ligada a sua situação socioeconômica.

Nessa perspectiva, podemos argumentar de maneira sucinta que, além do fator socioeconômico, as desigualdades raciais partem de mecanismos sociais simbólicos, como por exemplo, a escola como bem observou Bourdieu (2007), que é um espaço onde as desigualdades sociais são reproduzidas e legitimadas. Com isso, além das desigualdades sociais, a escola também contribui para que ocorra o desequilíbrio entre os alunos, já que os professores e o restante da equipe que forma o corpo escolar não estão imunes à cultura racista que é internalizada inconscientemente no contexto brasileiro.

Uma vez que no Brasil é reproduzida uma ideia na qual tenta velar a discriminação racial no país. Dessa forma, não podemos combater aquilo que não existe, pois no caso brasileiro, o racismo consiste numa poderosa ideologia que corrobora para a eminência de sua invisibilidade. Visto que a luta contra a discriminação racial é difícil e complexa por que nunca admitimos que somos preconceituosos, sempre vemos o preconceito através do outro, mas não nos reconhecemos enquanto tais. Segundo Bastide e Fernandes (2008), “nós brasileiros, temos o preconceito de não ter preconceito. E esse simples fato basta para mostrar a que ponto está arraigado no nosso meio social” (p. 155). Ou seja, em nosso país:

Ninguém nega que exista racismo no Brasil, mas sua prática é sempre atribuída a “outro”. Seja da parte de quem age de maneira preconceituosa, seja daquela de quem sofre com o preconceito, o difícil é admitir a discriminação e não o ato de discriminar. Além disso, o problema parece ser o de afirmar oficialmente o preconceito, e não o de reconhecê-lo na intimidade. Tudo isso indica que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e que se esconde por de trás de uma suposta

garantia de universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação (SHCWARCZ, 2012, p. 31).

Além disso, outro fator contribui para que o racismo seja uma ferramenta agravante nas relações entre os brasileiros, a difícil representação da auto identificação. Por muito tempo os colonizadores impuseram ao negro sua inferioridade, apresentando sua identidade como instrumento de autorrejeição, uma vez que ser negro era ser submisso, inferior, e o pior, apenas uma mercadoria. Nesse sentido, no contexto brasileiro, a realidade é apresentada de uma maneira não muito diferente, pois ser negro no Brasil é ser excluído, sofrer discriminação pelo simples fato de apresentar um tom de pele escuro.

Aliás, é de suma importância ressaltar que para poder ter o domínio em suas mãos, e principalmente impor sua cultura como superior em detrimento das outras, o colonizador submeteu ao menor nível de credibilidade os valores, os costumes, a fé, etc. que tinha como origem africana, fazendo com que todas as manifestações culturais dos negros sofressem rejeições por todos, inclusive dos próprios negros.

Não condenamos o fato de ouvir música universal, mas recusar a própria é internalizar o preconceito racial criado pelo colonizador, ou seja, alienação pura e simples. Algumas vezes acreditamos ser “autenticamente” africano não é outra coisa senão elementos de civilização ocidental integrados pela força do alheamento (MUNANGA, 2015, p. 38).

Dessa forma, foi reproduzida e legitimada a cultura eurocêntrica, que até nos dias atuais torna-se predominante na sociedade brasileira, moldando os padrões a serem seguidos, apresentando a cultura europeia como o ideal a ser alcançado. Podemos perceber que a cultura cristã herdada da Europa fez com que outras crenças fossem sincretizadas ou extintas, e que ainda encontramos muitos casos de auto rejeição de pessoas que fazem parte de religiões que principalmente no século XIX foram proibidas de serem praticadas, como por exemplo, a Umbanda e o Candomblé, religiões Afro-Brasileiras que são exemplos do sincretismo religioso que houve para a sobrevivência da fé dos negros africanos.

Assim sendo, para que se busque reverter uma realidade na qual reproduz uma cultura que discrimina indivíduos levando em consideração seu fenotípico, é necessário apresentar para os brasileiros, e principalmente para os negros a importância que os africanos tiveram para a construção social do Brasil, apresentar de maneira ampla a

riqueza dos valores, costumes, fé, enfim, a riqueza das manifestações que têm origem ou influência africana.

Dessa forma, a autoafirmação da identidade do negro colaborará para que este lute por seus direitos e por todos aqueles que sofrem diariamente racismo. Além do mais, o conhecimento por parte de todos os brasileiros sobre o papel fundamental do negro para a construção do país contribuirá para o rompimento com a discriminação, invalidando um mal arraigado desde teorias como a de Lombroso, que definia através da *Criminologia* as principais características de indivíduos, cujos traços físicos influenciariam na prática de crimes e vícios.

A lei nº 7.716 da Constituição de 1988 também é um dos fatores que tem como objetivo combater o racismo, principalmente a partir de três verbos: impedir, recusar e negar. No entanto, mesmo após quase três décadas esse Dispositivo Legal não amedronta a pessoas que agem discriminatoriamente, pois primeiramente “fica caracterizado que racismo no Brasil é passível de punição apenas quando reconhecido publicamente” (SCHWARCZ, 2012, p. 82), além disso, “somente é possível ocorrer prisão quando há flagrante ou presença de testemunhas e a confirmação do próprio acusado” (idem).

Nessa perspectiva, podemos perceber o quanto é difícil lutar contra o racismo no Brasil, pois até mesmo as leis que deveriam combater a discriminação não impedem que essa realidade continue. Uma vez que a desigualdade entre os homens que possuem cores diferentes torna-se mais complexa quando parte para ordem da intimidade, escapando dessa maneira a vários dispositivos de combates, inclusive a lei. Visto que as pessoas sabem o perigo de praticar o racismo, então o fazem de modo particular em certos espaços. Assim, “raça é coisa de momento ou de ambiente” (SCHWARCZ, 2012, p. 95). No entanto, é preciso desmascarar essa ideologia que só contribui para a perpetuação da discriminação racial, fazendo com que todos saibam que:

“A raça está por toda parte”: nas piadas que inundam o cotidiano, nas expressões do dia a dia, na propaganda de turismo e na discriminação do mundo do trabalho, na esfera social e da intimidade. É particular, pois a discriminação pouco aparece nos discursos oficiais. É específica, porque se afirma no privado, talvez como categoria nativa, neutralizada pelo costume. Quase como uma etiqueta, uma regra implícita de convivência [...] (SCHWARCZ, 2012, p. 109).

Portanto, é de fundamental importância perceber e identificar que a

discriminação racial é um instrumento que vem se perpetuando ao longo do tempo, como consequência de várias teorias que colocavam o homem branco europeu como o mais superior em detrimento dos demais, fazendo com que culturas de diversos povos sofressem com a “desculturação”, cuja característica extinguiu as manifestações culturais dos colonizados. Dessa maneira, percebemos que os investimentos em educação e em dispositivos legais contribuem para o rompimento com uma cultura racista que é reproduzida há várias gerações.

Com isso, a Lei 10.639/03 que será discutida no capítulo seguinte, surge como dispositivo legal para contribuir no combate a discriminação racial, sendo o ambiente escolar o ponto inicial de inclusão e prática dessa lei, pois se acredita ser a educação uma ferramenta fundamental para seja desenraizado o racismo no Brasil.

Logo, o conhecimento sobre a influência da Cultura-Afro no Brasil, e principalmente, a importância da mesma para a construção social-cultural e econômica do país, contribui para que o trabalho docente seja exercido de maneira mais eficaz, apresentando os indivíduos e as culturas igualmente, buscando assim, a extinção ou pelo menos a redução do racismo na sociedade, já que ele é reproduzido e praticado inconscientemente.

### 3. A DIFÍCIL TAREFA DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03

Uma sociedade diversificada faz parte do dia a dia dos brasileiros desde a formação do Brasil, com a vinda dos diversos indivíduos oriundos de lugares diferentes do planeta, além da diversidade dos nativos que já habitavam o território brasileiro, como por exemplo, os Guaranis, os Terenas e os Pataxós. Desse modo, surge a difícil tarefa de existir um diálogo cultural entre os povos, já que cada um através do *habitus* (conceito a partir do qual Bourdieu (1996) explica que adquirimos inconscientemente valores, costumes, gostos, etc. do campo ao qual estamos inseridos, influenciando no modo como vemos e agimos em sociedade) possui uma visão deferente sobre a estrutura social na qual estão inseridos.

Somos um povo caracterizado pela pluralidade que nos cerca, pela diversidade que está por todos os lados, heterogeneidade esta que durante muito tempo fez com que nosso país fosse visto como um “paraíso racial”, onde não havia conflitos ou desigualdades entre os indivíduos. Porém, nossa realidade nos mostra o outro lado do problema da pluralidade, pois essas diferenças foram utilizadas pelo colonizador para impor certa hierarquia na qual ele estaria no topo, desenvolvendo dessa maneira o eurocentrismo, cultura hegemônica que é reproduzida na sociedade, e que principalmente, colabora para que haja desigualdade entre as culturas.

Na contrapartida, em 2003 foi sancionada a Lei 10.639/03 que tornou o obrigatório o ensino da história da África e cultura afro-brasileira no ensino básico brasileiro, que busca através dos seus conteúdos o reconhecimento da importância do povo africano para a formação da sociedade brasileira e o ensino sobre a cultura de um povo que por muito tempo foi escravizado no Brasil e em outras partes do mundo. Além disso, essa lei vem com o objetivo de desnaturalizar preconceitos e discriminações sofridos pelos negros, mostrando que as pessoas não nascem racistas, e sim, que a sociedade nos corrompe com seus problemas sociais.

Assim, neste capítulo será trabalhada a lei de maneira mais profunda, com o intuito de contextualizar os pressupostos que fazem deste dispositivo legal fundamental para o rompimento com a discriminação racial que é reproduzida no dia a dia dos brasileiros. Além disso, será apresentada uma análise reflexiva sobre o ambiente escolar, mostrando que o preconceito racial também é reproduzido na escola, visto que os próprios professores estão livres de praticar e reproduzir o racismo.

### 3.1 A CULTURA-AFRO E O RACISMO NO BRASIL

Em meio a esses embates culturais, a Cultura-Afro sofre de certa inferioridade imposta a ela através do preconceito explícito e implícito perante as relações sociais existentes a partir de um período escravocrata, moldando a imagem submissa a respeito dos costumes e valores herdados pelo povo africano.

Para melhor explicação, defino como Cultura-Afro o conjunto de manifestações que carregam consigo algum resquício ou grau de influência da cultura oriunda da África. Em especial no contexto brasileiro, a cultura afro-brasileira possui algumas manifestações culturais que sofreram parcial ou total influência da cultura africana desde a vinda dos negros africanos trazidos para servirem aos senhores de terras no período colonial. Sofrendo durante muito tempo discriminação e perseguição por manifestarem sua fé e ideais africanos, principalmente no século XIX, cujo período predominava um pensamento racista na cientificidade, assunto esse que já foi contextualizado no capítulo dois.

A herança cultural advinda da África sofreu perseguição a partir das ideias construídas pelos colonizadores, preocupados em reproduzir os padrões europeus, transformando o racismo como instrumento de dominação social, visto que “o racismo tem como pano de fundo construções ideológicas de justificação, classificação e naturalização de grupos humanos, a fim de manter privilégios de um grupo sobre outro” (ROCHAL, 2015, p. 54). Uma vez que:

Para Marx e Engels, a ideologia seria o conjunto de ideias produzidas pela classe social dominante, ideias essas disseminadas socialmente como expressões da realidade social completa e abrangente, e não mutilada por um ponto de vista parcial (SILVIO, 2009, p. 23).

Dessa forma, o combate ao racismo é cada vez mais difícil e de certo modo complexo, pois sua égide se apoia numa cultura hegemônica perpetuada nos mais sutis mecanismos de socialização, corroborando para que a discriminação ocorra por meio da violência simbólica, que segundo Pierre Bourdieu(1996), “é essa violência que extorce submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em “expectativas coletivas”, em crenças socialmente inculcadas” (p.171).

Perpetuando assim uma falsa hierarquia entre os indivíduos, imposta pela

cultura hegemônica – europeia -, inculcando no “senso comum” uma natural inferioridade de certas pessoas, além de definir estereótipos que influenciam na maneira como alguns sujeitos são tratados, em especial o negro, que carrega consigo estereótipos de ladrão, sujo, assassino, etc. além de ser estigmatizado ao papel mais depressível da sociedade, o do ser excluído e discriminado por onde passa, sendo digno apenas de servir aos demais por meio dos trabalhos que a sociedade considera mais medíocres.

Além disso, pouco se conhece sobre a herança cultural africana herdada pelo povo brasileiro, pois temos uma visão limitada sobre os diversos povos que vieram da África para o Brasil, trazendo consigo em suas almas os valores e costumes de seu povo, desenvolvendo aqui uma nova forma de ver o mundo a partir da visão dos negros africanos.

A influência africana está dividida em todo território nacional através da linguagem, dança, música, culinária, fé, dentre outras manifestações culturais. Como por exemplo, temos o samba e o maracatu como ritmos musicais com influencia legitimamente africanas, aliás, a própria MPB é uma grande mistura entre cantigas populares, fanfarras militares, músicas eruditas europeias e sons de origem africana.

Nessa perspectiva, é de suma importância romper com a imagem limitada sobre o negro africano, pois ele é representando apenas no período colonial na condição de escravo, é necessário ampliar o conhecimento sobre a riqueza e a diversidade do povo africano.

Para tanto, podemos utilizar de vários instrumentos para pôr em prática o debate sobre a Cultura-Afro que teve papel fundamental para a construção do Brasil, como por exemplo, o livro didático que, dentro do ambiente escolar, é ferramenta primordial para o rompimento com essa representação negativa do negro, porém, o que podemos fazer se o próprio livro reproduz uma visão limitada do negro? Se a representação da África sempre está direcionada a pobreza, ao lado turístico de animais selvagens, às mazelas sociais, etc.? Se o negro é visto apenas no período escravocrata? E quando é representado ocupando lugares de destaque na vida social, apenas é em poucas páginas?

Assim, podemos perceber que muitas ferramentas que ao invés de romper com essa visão arraigada sobre o negro, na verdade fazem é reproduzir e legitimar essa representação imposta inicialmente pelos colonizadores, fortalecendo dessa maneira a negação de um passado negro, de uma sociedade que possui influência africana.

Dessa forma, é preciso demonstrar o quão é grande a presença da Cultura-Afro no nosso dia a dia, porém, aprendemos a repulsar esse nosso passado, pela falta de conhecimento e pela falsa hierarquia que é imposta a nós, representando os indivíduos em uma linha vertical que define os privilegiados e os que “naturalmente” são inferiores, discriminados a partir do seu fenotípico, ou melhor, no Brasil, ser negro significa ser excluído, significa romper todos os dias com os estereótipos ligados a sua pele, pois em nosso país se perpetua um preconceito de marca (NOGUEIRA, 1985).

“Os estereótipos, os clichês ou estigmas, são marcas, corporais ou não, que definem pessoas e grupos como eternamente inferiores, como no caso dos negros, e superiores, como no caso dos brancos” (SILVA, 2011, p. 77).

O racismo no Brasil é praticado de forma velada, mascarado sobre a égide de uma suposta “democracia racial”, porém, ele não é infalível, mas carrega em si uma complexidade, pois mesmo havendo uma população muito grande de negros no país, a discriminação racial se perpetua por meio dos mecanismos de socialização.

Segundo Dulce Maria Pereira (2013), o Brasil é a segunda maior nação negra do mundo e a que tem maior população negra fora da África, perdendo apenas para a Nigéria, mostrando que mesmo contendo um número significativo de negros, o racismo ainda é uma arma destrutora no cenário brasileiro e que está sendo reproduzido e legitimado de geração em geração, mostrando que não importa se a população negra é maioria no país, mas apresenta uma cultura histórica de um período escravocrata que duraram 400 anos.

Nesse sentido, a partir da pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, intitulada Vidas Perdidas e Racismo no Brasil, constataram que o percentual de negros assassinados no Brasil é 132% maior do que o de brancos. Segundo Rodrigo Leandro de Moura, que é graduado em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FEA-RP/USP, e mestre e doutor em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas – EPGE/FGV-RJ,

Diante desses dados, entramos na questão que está relacionada ao racismo institucional, ou seja, a uma forma particular de racismo nas instituições, que envolve o funcionamento da polícia. Essas organizações constituem só um segmento, uma ponta do Sistema de Justiça Criminal, que está mais perto do cidadão. Então, é o policial que, em geral, aborda primeiro o criminoso e deveria garantir os direitos civis, os direitos humanos, enfim, a questão da

isonomia no tratamento ao cidadão. Entretanto, a partir dos dados do Censo e da Pnad de 2009, observamos que, quanto ao percentual da população que sofreu agressão física em 2009, 1,8% era de negros e 1,3% era de não negros. Entre as vítimas que não procuraram a polícia, 61,8% eram negros e 38,2% eram não negros. Então, o que isso mostra? Que entre aqueles que não procuraram a polícia, ou seja, não procuraram porque não acreditavam, ou porque tinham medo dela, não o fizeram por conta do racismo com que o cidadão é tratado pela polícia (INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA, 2010).

Dessa forma, entramos em outra questão delicada no cenário brasileiro, onde mostra que a justiça no Brasil julga o indivíduo a partir da sua cor de pele, podemos observar, por exemplo, segundo os dados do Infopen, o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, em 2017, 64% dos presos no sistema penitenciário nacional eram negros. Com isso, é perceptível que o racismo atinge todo o país, fazendo com que nenhuma instituição esteja livre de praticar a discriminação racial, mesmo que seja de maneira inconsciente e implícita. Nesse sentido, a imagem abaixo retrata de maneira bem clara que os brasileiros agem como racistas, mas negam que o racismo realmente exista no cotidiano.



Figura 1 – Charge retratando uma breve crítica a uma realidade presente na sociedade brasileira, em que as pessoas negam o racismo, sem perceber que agem enquanto tal<sup>1</sup>.

Para que tenha fim essa discriminação, adquirido a partir de um período

<sup>1</sup> Fonte: <https://www.google.com.br> - Acessado em 23/11/2017 às 09:15

vergonhoso na história do Brasil é preciso que perpetue uma formação “decolonial” (LEDA), dando voz aos negros afro-brasileiros, havendo uma desconstrução da autoimagem negativa atribuída a eles, pois essa autodepreciação se torna um instrumento de opressão e conformismo de uma identidade inferiorizada. Dessa maneira, Segundo Fernandes,

Temos de aprender a não expurgar os diferentes grupos raciais e culturais do que eles podem levar criadoramente ao processo de fusão e unificação, para que se atinja um padrão de brasilidade autenticamente pluralista, plástico e revolucionário (1972, p. 17).

### **3.2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR REPRODUZ OU COMBATE O RACISMO?**

Quando reflito sobre a inclusão racial no ambiente escolar, aparece de forma clara e escandalosa uma cultura eurocêntrica perpetuada de forma dominante, caracterizando a escola como um sistema homogêneo, cujas outras culturas não têm tanto destaque quanto a cultura europeia, construindo uma imagem para os estudantes de uma hierarquia entre os brancos e o restante dos indivíduos, em que o negro está na parte mais baixa dessa hierarquia, proporcionando assim, a perpetuação das desigualdades sociais em todas as esferas da sociedade, contribuindo para que os indivíduos sejam julgados a partir da cor da sua pele.

Dessa maneira, ocorre uma imensa distância entre os níveis educacionais que atingem brancos e negros no sistema escolar brasileiro. Isso se dá principalmente como venho falando, através da negação do racismo enraizado no currículo educacional do Brasil. Nessa perspectiva, a partir da educação os indivíduos forjam o insucesso de pessoas negras a partir do argumento de que sua cor influencia no modo como irão agir na sociedade, como por exemplo, a história da judoca Rafaela Silva.

Sua história foi cindida em duas partes em agosto do ano de 2016. Ela desde o início da vida teve que enfrentar todo um sistema político e sócio econômico que de certa maneira empurra os jovens negros e favelados para o mundo da violência e das drogas, sendo poucas as chances de êxito na vida. A judoca nasceu na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro.

A vitória e o título de campeã nos jogos Rio-2016, só deixou nítido o quanto o racismo se manifesta de maneira mais explícita nos momentos mais conturbados na vida das vítimas, pois seu insucesso só reforça a tese de que sua “derrota” é originada pelo

simples fato de ser negra. Tentando inculcar e legitimar que os indivíduos possuem um “dom” para o sucesso em todos os ramos da sociedade, introduzindo a fios invisíveis em seus corpos e mentes que sua cor de pele influencia de maneira decisiva na obtenção de “vitórias” durante a trajetória de vida.

Nas olimpíadas de 2012 em Londres, a judoca foi desclassificada por conta de um golpe ilegal contra sua adversária, fazendo aparecer as críticas e os atos de discriminação racial contra ela, sendo chamada de “vergonha da família”, e que por ser negra ela teria falhado na luta. As ações preconceituosas foram feitas através de comentários nas redes sociais, abalando de maneira psicológica o dia a dia da atleta.

Nesse sentido, é de suma importância romper com a ideia de que o preconceito sofrido pelos negros é no nível de classe, e não no âmbito racial. Além disso, torna-se necessário desconstruir a visão de que a escola não reproduz desigualdades, sejam elas nos níveis sociais ou raciais.

Uma vez que numa visão bourdieusiana a escola reproduz e legitima as ideologias da classe dominante, mostrando que a discriminação se perpetua através de uma falsa ideia de homogeneidade no espaço escolar, o sistema educacional às vezes age como se não houvesse o “diferente”, ou seja, forçando as pessoas a pensarem a escola como um sistema homogêneo, onde não existem conflitos e desigualdades. No entanto, “uma atitude racista, mesmo que inconsciente afeta a autoestima dos alunos e reflete-se no desempenho deles. Dentro do sistema de ensino há um aprofundamento da desigualdade” (SOUZA, 2009, p. 34). Segundo o mesmo autor,

No Brasil, cruzam-se dois movimentos ideológicos, o da ideologia da dominação racial, que ao difundir ideias de inferioridade do negro justificava a escravização dos africanos e o mito da democracia racial, que ao negar a estrutura antirracista brasileira, naturalizou as desigualdades raciais (Idem, p. 54).

Nesse sentido, Marilena Chauí (2016) afirma que “o silêncio ao ser falado destrói o discurso que o silenciava” (p. 247), mostrando dessa maneira que é preciso romper com a ideia de que não existe racismo no Brasil, de forma que é necessário debater mais e mais sobre a desigualdade racial no cenário brasileiro para combater a ideologia reproduzida desde o período colonial. Dessa forma, a escola torna-se um dos principais espaços fundamentais para esse exercício, por se tratar de um ambiente onde a diversidade ocorre, seja ela racial, cultural ou de classe.

A educação serve como base para a construção de uma sociedade mais justa,

mas se feita de maneira errada ela pode formar indivíduos preconceituosos para um cenário brasileiro em que a desigualdade racial ainda se encontra em destaque. Assim, a partir da história de Rafaela Silva que foi retratada neste capítulo, a estrutura social acaba coagindo os sujeitos em um aparato de relações sociais que impõe uma visão de mundo cujos negros são os personagens que estão em um nível inferior aos demais, enfatizando que a cor da pele define o modo como o indivíduo deve ser tratado em diferentes contextos e esferas sociais.

Dessa maneira, a escola, assim como acreditava Pierre Bourdieu, possui um caráter reprodutor e legitimador, que segue os ditames que fazem dela uma aliada da classe dominante, contribuindo para que exista uma dominação simbólica sobre os indivíduos da classe dominada. Com isso, um dos principais resquícios dessa dominação é o preconceito existente contra a Cultura-Afro, visto que a classe dominante carrega consigo o eurocentrismo ligado aos colonizadores, em que eles afirmavam serem os negros seres inferiores e que qualquer manifestação cultural gerada por eles não era passível de ser ensinada no meio social.

Sendo assim, torna-se perceptível, a partir da análise sociológica, que o sistema escolar como um todo contribui para o caráter homogeneizador dentro de uma sociedade multiculturalista. A escola ao invés de tratar os desiguais igualmente, padroniza a educação por meio da assimilação da cultura hegemônica. Essa função do ambiente escolar é fundamental para que deixe opaco e a fios invisíveis a reprodução de uma cultura dominante.

Desse modo, os alunos são bombardeados pela cultura eurocêntrica, sendo esse um dos principais causadores da *desculturação* de muitos alunos, pois esse caráter homogeneizador da escola age da mesma forma que os colonizadores no período escravocrata, onde eles usavam a repulsa à própria identidade como ferramenta de dominação e controle social.

Por meio da educação podemos romper com a cultura eurocêntrica predominante na sociedade brasileira, e principalmente, desconstruir a representação negativa da cultura africana. Uma vez que isso se torna mais possível através da exclusão do etnocentrismo enraizado na estrutura social, e em particular, no sistema escolar.

Dessa maneira, a dominação simbólica exercida por meio de práticas que são reproduzidas nas instituições sociais deve ser combatida com a mesma força, quebrando

os laços que foram enraizados no Brasil. Essas práticas são internalizadas inconscientemente pelos indivíduos, influenciando em suas ações e no modo como veem o mundo, ou seja, às vezes algumas práticas como o racismo são praticadas através da violência simbólica, velando de vez os preconceitos e discriminações que fazem parte do cotidiano das pessoas.

Visto isso, é notável que o fato da escola não modernizar suas práticas educacionais ou até mesmo o fato dos próprios docentes não se reciclarem torna-se uma das principais causas que dificultam o desenvolvimento junto aos alunos de um pensamento crítico-libertador sobre a sociedade, como por exemplo, a formação da sociedade brasileira, levando em consideração o papel dos negros escravos como fundamental para a construção além de social, também econômica do Brasil.

A acumulação histórica da eliminação do diferente através do etnocentrismo internalizado pelos brasileiros por meio do eurocentrismo faz com que compreendamos que a escola é uma das instituições que acaba tornando-se uma grande fachada, onde a desigualdade entre os indivíduos é velada através da ilusão de que todos competem igualmente, demonstrando que a “igualdade de oportunidades” nivela os sujeitos num mesmo patamar independentemente da sua classe social, sexo ou cor (BOURDIEU, 2007).

Entretanto, a “igualdades de oportunidades” é uma realidade ilusória, já que essas oportunidades são proporcionadas predominantemente aos alunos inseridos na classe dominante, cujos quais são majoritariamente brancos. Além disso, a escola reproduz as desigualdades entre os alunos através da indicação implícita do padrão cultural, estético e religioso a seguir, influenciando na maneira como muitos alunos se reconhecem e autoidentificam enquanto pessoa, descartando algumas características que não condizem com os padrões impostos pela sociedade. Um exemplo interessante diz respeito a crianças que sofrem preconceito no ambiente escolar por seguirem religiões afro-brasileiras ou porque são negras.

Nesse sentido, no livro “O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito”, a autora Rita de Cássia Fazzi (2012) contextualiza e mostra a realidade da maioria das crianças negras de todo o país, que sofrem discriminação e preconceito dentro do ambiente escolar. Em uma das partes de sua pesquisa ela constata que,

A hostilidade aos *pretos/negros*, especialmente aos considerados “pretos que nem carvão”, explicitada através da utilização de categorias de xingamento, foi espontaneamente expressa por um grupo de crianças de 8-9 anos durante o recreio diante do desenho da capa e de uma página interna do livro infantil *Negrinho do Pastoreio*, ocorrendo também nessa manifestação a associação de *negro/preto* com sujeira. De acordo com a interpretação dessas crianças “o homem branco estava brigando com o menino preto porque ele não gosta de preto, não. É por causa que ele é negão, tição, fedorento, cheiro de caraca. Por isso que ele não gosta”; “ele não toma banho” (FAZZI, 2012, p. 141).

Dessa forma, a autora mostra uma realidade presente em várias escolas em todo o país, constatando dessa maneira que o racismo e a desinformação são obstáculos que se tornam uns dos principais problemas na formação social que deveria ocorrer nos ambientes educacionais. Com isso, torna-se mais difícil o combate contra o lado negativo que o sistema possui, no qual é mascarado sobre uma suposta democracia racial de que não existe racismo ou desigualdade entre os indivíduos dentro do espaço escolar.

O racismo é um mal que tem sua origem a partir do momento que um homem se achou superior em relação ao outro, impondo para os demais as características que faziam dele um ser superior. Nesse sentido, desde a colonização é imposta a ideia de uma cultura superior, a cultura europeia ligada ao ideal evolucionista que mostrava os brancos europeus como o auge da evolução humana. Atrelado a isso ocorre no sistema escolar a desinformação que contribui para que, por exemplo, a cultura africana sofra discriminação, seja no sentido de indivíduos negros quanto no sentido religioso.

Nessa perspectiva, a escola omite para os alunos a existência de diversas culturas, ou seja, a partir do eurocentrismo as pessoas internalizam o etnocentrismo que influencia no modo como os brasileiros veem as outras culturas. Além disso, não é ensinada de forma ampla a contribuição e a influência da Cultura-Afro na formação do Brasil.

Nessa perspectiva, o sistema escolar tem a capacidade de formar agentes sociais que tenham a consciência e que reconheçam a herança plural da Cultura-Afro ao qual receberam e que foi de suma importância para a construção da sociedade brasileira, percebendo e sentindo nos meios sociais e nas suas relações a influência negra na sua realidade.

Assim sendo, para que cada cultura, em especial a Cultura-Afro tenha seu devido valor em nossa sociedade, é preciso plantar uma semente na cabeça de cada brasileiro por meio da educação, iniciando desde o infantil, gerando com isso uma nova

ótica que colabora para o conhecimento das diferentes culturas, rompendo assim com o etnocentrismo. Desse modo, a formação escolar corrobora para o reconhecimento da identidade cultural que antes era negado devido à coerção social originado do eurocentrismo, superando dessa maneira o determinismo social enraizado no cenário brasileiro.

Entretanto, o mais importante é perceber que a escola não carrega consigo somente a parte que reproduz as desigualdades entre os indivíduos. Por outro lado, ela também tem a capacidade de estimular e desenvolver indivíduos que contribuam para que as desigualdades sejam extintas e os preconceitos e discriminações sejam combatidas através do trabalho conjunto entre os alunos e a instituição, sendo o professor o responsável pela mediação dessa relação, pois possui a função de formar cidadãos que pratiquem a alteridade, respeitando cada indivíduo independentemente da cultura que pertence ou a cor de pele que apresenta.

Portanto, o silenciamento no sistema escolar sobre a discussão racial, ocorre porque existe uma repulsa ao reconhecimento à identificação negra de origem africana, porém, poucos sabem realmente do que se tratam os aspectos herdados do povo africano. Sendo assim, quando se fala em Afrodescendência, está se referindo a um conjunto de referências sócio histórico e culturais, que remetem às matrizes africanas. “Nesse cenário, a Escola se torna, inevitavelmente, um lugar privilegiado que reflete, através de diferentes perspectivas, o rico e desafiador enredo das relações sociais” (PEREIRA, 2007, p.15).

A igualdade racial, entre outras, numa sociedade desigual, poderia constituir-se em ameaça aos privilegiados, daí a insistência na negação da discriminação, do preconceito e do racismo na nossa sociedade, que visa desconstruir a ação política do povo negro, tendo como referência a sua identidade étnico-cultural e racial (SILVA, 2011, p.76).

Afinal, o ambiente escolar, e sem dúvida o professor possui papel fundamental na quebra de uma educação que legitima uma cultura eurocêntrica, uma vez que eles têm a capacidade de desmistificar o etnocentrismo enraizado no currículo escolar brasileiro. Desenvolvendo ações em prol de um ambiente que proporcione harmonia e igualdade entre aqueles que se consideram diferentes.

Dessa maneira, o docente, seja em qual for a disciplina, mas em especial o professor de Sociologia, carrega consigo a responsabilidade de desnaturalizar os preconceitos e discriminações reproduzidas pela sociedade. Para isso, a Sociologia

juntamente com as outras duas ciências sociais (antropologia e ciência política) proporciona um olhar além das cortinas do senso comum. Com isso, através dos autores das ciências sociais, o professor de Sociologia, dentro e fora da sala de aula, possui a função de desenvolver em conjunto com seus alunos o rompimento com as discriminações, em especial o rompimento com o racismo, tema no qual é debatido nesse trabalho.

Para tanto, é necessário que o professor além de possuir o conhecimento sobre a temática, também esteja atento à realidade social de seus alunos, em especial os negros, pois é preciso identificar aqueles que sofrem, sofreram ou conhecem alguém que já sofreu discriminação racial. Assim, percebemos o quão é importante a capacitação dos professores, seja em relação à temática, seja em relação ao modo como abordarão o tema em sala de aula, pois tal assunto requer muito cuidado e sensibilidade por parte do professor, já que ele irá tocar em aspectos que condizem com a realidade de milhões de pessoas, além de combater uma ideologia predominante no contexto brasileiro. Para o professor Kabengele Munanga:

Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que conseqüentemente exige várias frentes de batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira (2008, p. 13).

Nesse sentido, o conhecimento sobre as manifestações culturais africanas e a própria história da África contribui para um olhar mais enriquecedor sobre nossa origem africana, identificando os aspectos culturais que tiveram influência africana na nossa sociedade, desde a linguagem até na culinária que compartilhamos no dia a dia. O rompimento com o racismo inicia quando reconhecemos e damos importância a nossa herança negra, além de quebrar a raiz de estereótipos e estigmas ligados aos negros, seja em relação a sua cor de pele, seja em relação a religiões oriundas da África.

Assim sendo, é de suma importância a criação de mecanismos que proporcionem para as pessoas o conhecimento sobre a influência africana na nossa cultura, desenvolvendo dessa maneira projetos que contribuam para a desnaturalização de preconceitos e discriminações, proporcionando uma igualdade social para todos independentemente de seu fenotípico.

### 3.3 SANCIONADA A LEI, E AGORA?

A formação do Brasil foi feita a partir da união de várias raízes, em especial, a raiz africana, donde veio os negros africanos para que pudessem exercer durante o período escravocrata a mão de obra nas grandes fazendas. Nesta vinda, trouxeram consigo um conjunto de tradições, costumes, valores e crenças. Contribuindo de forma fundamental para a construção social-cultural e econômica do país.

Dessa forma, é de suma importância conhecer a história desse povo que possui tamanha influência no povo brasileiro. Nesse sentido, desde a década de 1970 o movimento negro, luta para incluir a história do negro no currículo escolar, buscando através da educação alcançar o reconhecimento da importância da cultura África para a construção do Brasil.

Essas primeiras iniciativas foram impulsionadas pela constatação, por parte do movimento negro, de que os PCNs abordam a temática racial/étnica na “pluralidade cultural” em forma de orientação genérica, sem maiores consequências na produção de políticas educacionais. O Movimento Negro já alertava que a evasão escolar se dava além do déficit financeiro, também pela questão do racismo presente nos livros didáticos, além da falta de conteúdos que valorizassem a identidade da criança negra no currículo escolar (SANTOS, 2010, p. 4)

Nessa perspectiva, em 2001, na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas de Intolerância, sediada na África, dentre as inúmeras propostas sugeridas pelos movimentos sociais negros durante o evento, o governo brasileiro aceitou aquela que introduzia no currículo escolar brasileiro a disciplina “História Geral da África e do Negro no Brasil”.

No entanto, ocorreu que o governo brasileiro só atendeu a proposta do movimento social negro no ano de 2003 por meio da lei 10.639/03, em que foi originada a partir do projeto de Lei nº 259, apresentado em 1999 pela deputada Esther Grossi e pelo deputado Benhur Ferreira. Esse dispositivo legal acrescentou dois Artigos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96):

Art.26-A- Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e Cultura Afro-Brasileira.

Parágrafo Primeiro - O conteúdo programático a que se refere o caput deste

artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

Parágrafo segundo - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Art.79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Com isso, em 2017, completou quatorze anos da sanção da Lei 10.639/03. Mas ainda se tem muito o que fazer para sua implementação, já que os currículos escolares ainda trabalham de forma homogênea, em um sentido de reprodução da visão europeia sobre a formação do Brasil, cultura essa dominante no pensamento dos indivíduos, sendo esse viés eurocêntrico uma ferramenta que serve como forma de discriminação racial, colocando o negro em uma condição inferior na sociedade.

Essa lei torna obrigatório em todo o sistema educacional brasileiro de ensino básico o ensino sobre história e cultura afro-brasileira, expandindo o estudo da história da África e dos africanos, fazendo com que a cultura africana e sua história não sejam vistas de maneira limitada, relacionando-as apenas ao período escravocrata. Além disso, esse dispositivo legal colabora para que a luta dos negros no Brasil seja mais conhecida e reconhecida, identificando suas conquistas ao longo do tempo, e principalmente, demonstrando que aos poucos através de muitas lutas os negros vão conquistando seu espaço de direito na sociedade.

Torna-se importante e preciso o estudo sobre a história da África, pois a visão estereotipada e construída sobre o continente africano é totalmente limitada, a nossa herança cultural africana na maioria das vezes é sempre ligada ao candomblé, a capoeira e a culinária, a discriminação racial é reproduzida de geração em geração. Dessa forma, esses fatores contribuem de forma imensurável para o nosso desconhecimento sobre a África e os negros que por aqui passaram e ajudaram a construir nosso país.

A Lei 10.639/03 também obriga o ensino sobre a influência da cultura negra e dos negros na formação social e econômica do Brasil, contribuindo com isso no reconhecimento sobre o valor do povo africano para a construção nacional. Segundo Bomfim (2008), “sem os negros, o Brasil não teria existido” (p. 65).

Dessa forma, é preciso enfatizar o papel de todo o sistema educacional na aplicação desta lei, para que assim o objetivo de pôr a Cultura-Afro em equilíbrio com

as outras culturas torne-se um desejo cada vez mais perto de ser realizado. Aliás, essa perspectiva também é um grande passo para combater uma cultura de discriminação que está enraizada na sociedade brasileira desde a chegada dos colonizadores no Brasil, onde trouxeram consigo o etnocentrismo e a ideia de ser o homem branco europeu o auge da evolução humana, em suas manifestações linguísticas, religiosas e sociais.

Em um país que teve 400 anos de escravidão, onde foi uma das últimas nações a abolir o regime escravocrata, é de se esperar que apenas 129 anos de abolição não acabasse com uma cultura escravagista. Mesmo após os negros serem libertos, os costumes e valores herdados da relação entre senhor e escravo foram reproduzidos para o dia a dia das pessoas, os brasileiros internalizam hábitos que se analisados cuidadosamente mostram que eles agem de maneira inconsciente, reproduzindo o racismo no cotidiano por meio da violência simbólica, porém, também existem pessoas que praticam o racismo de maneira explícita, sem pudor nenhum praticando a discriminação racial.

Para isso, resultado de muitos embates de movimentos sociais negros, a lei 10.639/03 vem como uma conquista, com o objetivo de sanar 400 anos do aprisionamento físico e moral que os negros sofreram nas senzalas. Nesse sentido, o conhecimento sobre a luta e as conquistas dos movimentos sociais de negros colabora para que percebamos o caráter ativo desses indivíduos, que procuram e lutam pelos seus direitos. Assim como existia no período escravocrata negros que se aliavam ao partido abolicionista para a libertação de seus irmãos, também atualmente existem negros participam de frentes militantes, como por exemplo, o casal de atores Lázaro Ramos e Taís Araújo, que buscam a igualdade de oportunidades, lutando por uma verdadeira e absoluta democracia racial.

É importante perceber que a discriminação e o preconceito sofridos pelos afrodescendentes estão diretamente ligados a fatores históricos, desde o primeiro contato dos colonizadores europeus com os africanos, cuja interação surgiu do objetivo do colonizador de impor a sua cultura como superior, com o sentimento etnocêntrico de não aceitar a diferença cultural, além disso, o branco europeu não conseguiu apenas a dominação física, ele também conseguiu dominar os negros a partir dos impactos psicológicos da colonização europeia na África. Segundo Fanon (2008), “o negro nunca foi tão negro quando a partir do momento em que foi dominado pelos brancos” (p.160).

Nesse sentido, a imposição feita pelos colonizadores aos negros ainda está

viva, a repulsa a cultura africana e a discriminação racial são resquícios desses valores e costumes construídos pelos europeus ao longo do tempo para legitimar sua dominação. Dessa forma, a lei 10.639/03 surge como um mecanismo de combate a esses hábitos que estão enraizados na sociedade brasileira, sendo reproduzidos por meio das práticas cotidianas.

Sendo assim, o ensino da História da África no sistema educacional brasileiro é de suma importância para romper com a cultura eurocêntrica que caracteriza a escola brasileira como homogênea, onde é imposta a ideia de que é preciso tratar o todo como se partissem de uma mesma origem familiar e cultural, pelo contrário, é necessário perceber que cada aluno carrega consigo uma bagagem sociocultural. Portanto, o ambiente escolar tem papel primordial no rompimento com um passado escravocrata, além é claro de ser fundamental para o combate ao preconceito e discriminação racial por meio da lei 10.639/03.

O objetivo previsto nessa lei torna em evidência uma questão: será se a lei 10.639/03 deveria ser vista como mera obrigação? Pois bem, em uma sociedade em que a discriminação racial ainda está tão evidente, é preciso sim que se torne obrigatório o ensino da Cultura-Afro nas escolas. No entanto, para que essa finalidade seja alcançada é preciso encontrar uma forma bastante clara e compreensiva sobre a maneira como os professores irão abordar o tema, não limitando ao período escravagista.

Partindo do método substancialista, a escola ou até mesmo o próprio professor deve analisar os indivíduos a partir da estrutura social no qual estão inseridos, além é claro de perceber o espaço onde a escola estar localizada, corroborando dessa maneira para a escolha da melhor metodologia a ser utilizada na sala de aula para a discussão do tema, em especial a temática racial na qual estou tratando nessa pesquisa (Bourdieu, 1996).

Dessa forma, a formação do professor não está limitada somente ao conteúdo teórico, é preciso que ele saiba a metodologia e a forma como repassar o conteúdo em sala de aula, pois como já mencionei ao longo do capítulo, a sensibilidade e a cautela são artifícios que devem ser utilizados pelo docente, já que ele irá debater uma temática que afeta milhões de indivíduos inclusive os seus alunos. Mesmo não havendo nenhum aluno negro na sala de aula, pode acontecer de um dos alunos se sentirem afetados pelo assunto porque conhece alguém intimamente ligado a ele que já sofreu com o racismo.

Poucos são os professores que conhecem de forma ampla a lei 10.639/03,

porque muitos dos educadores não tiveram uma formação que prestigiasse a temática racial, e principalmente, muitos docentes que atuam no ensino básico não tiveram uma formação continuada, seja em qualquer área os professores se acomodam em suas posições e não procuram estender sua formação.

No entanto, é preciso ressaltar que possuir uma pós-graduação ou uma capacitação na temática racial, não faz com que automaticamente o professor debata o assunto de maneira plena, porém, a formação continuada é fundamental para um maior conhecimento sobre o tema e o modo como trabalhar junto aos alunos a desnaturalização do racismo e contextualizar a realidade brasileira tendo como aparato principal a lei 10.639/03.

Dessa maneira, claro que existem formações continuadas que possuem uma insuficiência na formação desses profissionais, mas acredito que este é o caminho para sanar a falta de conhecimento sobre a temática racial que a academia não proporciona para esses educadores que estão em sala de aula.

Além disso, em especial na disciplina de Sociologia, o papel da desnaturalização e estranhamento nas salas de aula do ensino médio vêm ganhando espaço de debate nesta última década, já que os trabalhos acadêmicos debatendo a Sociologia no ensino básico vêm aumentando consideravelmente, uma vez que uma das causas principais foi a lei 11.684/08 que tornou a Sociologia disciplina obrigatória no ensino médio.

Portanto, é preciso que haja uma melhor capacitação dos professores na graduação, para que tenham a capacidade de abordar as questões referentes à Cultura-Afro sem que a torne inferior às demais culturas, destacando as suas contribuições para a construção do Brasil, ressaltando que veio uma variedade de povos oriundos da África. Como lembra Pereira:

No que tange às culturas afrodescendentes, é importante aprendê-las dentro do princípio da diversidade, já que, em função dos diferentes grupos culturais africanos que aportaram no território brasileiro, desenharam aqui modelos diferenciados de culturas afrodescendentes (2007, p.59).

Nesse sentido, a Lei 10.639/03 surge como uma conquista para os movimentos negros que lutaram e ainda lutam por uma igualdade racial em todos os campos sociais. Afinal, “a inclusão dos valores culturais afro-brasileiros nos currículos escolares representa o reconhecimento de uma dívida da sociedade para com os

africanos e seus descendentes” (PEREIRA, 2008, p.8).

Entretanto, a Lei 10.639/03 não muda de vez uma realidade histórica, já que a discriminação racial se tornou parte de uma cultura preconceituosa existente no contexto brasileiro, herdada de um passado colonial que oprimiu e colocou o negro em posição submissa na sociedade, porém, essa lei serve como ponto de partida para a construção de um cenário mais justo, criando mecanismos para que os indivíduos e principalmente o sistema educacional reflita e busque mudanças para uma ruptura com um passado vergonhoso.

Nesse sentido, será discutido no próximo capítulo o papel do professor de Sociologia no rompimento com o preconceito racial, analisando a partir de entrevistas feitas com seis professores do município de Parnaíba, sobre o conhecimento que eles possuem da lei 10.639/03. Uma vez que, é de suma importância ter base teórica para aplicação da lei dentro da sala de aula.

Além disso, é preciso ter conhecimento sobre o modo como o racismo é reproduzido no Brasil, percebendo os mecanismos utilizados para a perpetuação e sobrevivência da discriminação racial no dia a dia. Portanto, este capítulo serviu como base para que o capítulo seguinte pudesse ter mais clareza, já que o papel do professor de Sociologia que será analisado posteriormente fará menção ao dispositivo legal que foi contextualizado ao longo deste terceiro capítulo.

#### 4. SOCIOLOGIA E A LEI 10.639/03

Assim, quando é debatida a inclusão da Sociologia no ambiente escolar, surgem as seguintes perguntas: O que é a Sociologia? Para que serve? Como aplica-la? Pois bem, essas problemáticas fazem com que a Sociologia possua um diferencial no ambiente escolar em relação às outras disciplinas, por sofrer de certa resistência no sistema educacional, já que em relação às outras com exceção da Filosofia, a Sociologia durante a história da educação brasileira apresenta sua permanência como componente curricular do ensino médio como um fator que não é constante, pois ora ela é incluída no ensino básico, ora é retirada ou incluída em outras disciplinas, como por exemplo, a Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica, de acordo com o que já expus nos capítulos anteriores.

Nesse sentido, a história da Sociologia mostra uma característica fragmentada e intermitente, influenciando de forma direta no modo como ela é abordada em sala de aula pelos professores, uma vez que grande parte deles não conhece a trajetória da disciplina como componente escolar, já que o número de docentes de Sociologia nas escolas públicas brasileiras majoritariamente não é formado em Licenciatura Plena em Ciências Sociais, como por exemplo, no primeiro capítulo apresentei a pesquisa no município de Parnaíba em que se constatou que mais de 70% dos docentes não são formados na área, demonstrando com isso que a cidade parnaibana é um dos inúmeros exemplos de cidades que apresentam um pequeno número de professores de Sociologia devidamente licenciado em Ciências Sociais, e que dessa maneira não tiveram uma formação que abrangesse o histórico da disciplina no ambiente escolar.

Dessa forma, como foi contextualizada no primeiro capítulo, a Sociologia ao longo de toda sua história enfrenta embates na busca de sua permanência na educação básica brasileira, apresentando que ainda se tem muito que lutar para que sua inclusão no currículo escolar continue, pois mesmo após a lei 11.684/08 ter tornado a Sociologia disciplina obrigatória no ensino médio, ela ainda é aplicada de maneira fragmentada nos anos finais. Visto que existem escolas que a Sociologia hora é aplicada apenas no primeiro ano, hora é aplicada apenas no terceiro ano por causa do ENEM e dos vestibulares que atualmente estão praticamente exigindo um mínimo de conhecimento sociológico para que possa ter êxito nas provas.

Nesse sentido, a ruptura com a desigualdade racial e a ajuda na implementação

da Lei 10.639/03 serve como instrumento de estudo e prática sociológica, desmistificando a inferioridade social atribuída à Cultura-Afro, mostrando a Sociologia como ferramenta de desnaturalização do preconceito e esclarecimento sobre a formação do Brasil.

A sociologia busca entender como as sociedades classificam brancos e negros, paulistas e nordestinos, nacionais e estrangeiros, e mostra que o racismo não é inerente às consciências individuais, mas é uma forma socialmente construída, aprendida, de classificar as pessoas de cores ou “raças diferentes”, a partir de traços secundários aos quais são atribuídos valores de signo positivo ou negativo, mesmo quando a ciência já revelou a igualdade substantiva da espécie humana do ponto de vista biológico (BARBOSA, 2012).

Nessa perspectiva, o professor de Sociologia possui, a partir dos conteúdos e do arcabouço teórico que envolve as Ciências Sociais, a capacidade de contribuir para que a Lei 10.639/03 tenha êxito no ambiente escolar, rompendo com o preconceito e com a visão limitada que os brasileiros possuem em relação à Cultura-Afro. Nesse sentido, autores como José D’assunção Barros, que escreveu “A construção social da cor” (2014), podem ser usados durante as aulas de Sociologia para demonstrar que o conceito de “raça” foi criado pelo colonizador para pôr limites e construir uma hierarquia entre eles e os demais povos “descobertos” e explorados.

Além disso, como foi contextualizado durante todo o segundo capítulo, o docente de Sociologia pode apresentar para os alunos um período em que o Brasil legitimava de maneira explícita a pseudo inferioridade atribuída aos negros durante o século XIX, usando a autora Lilia Schwarcz por meio de sua obra “O espetáculo das raças” (1993) em que analisa e contextualiza o século XIX como o período no qual os teóricos racistas reproduziam uma falsa inferioridade das pessoas negras. Servindo dessa maneira, como base para que os alunos possam compreender a temática e perceber um passado em que era imposto para os negros estereótipos e estigmas através da legitimidade científica.

Sendo assim, vejo a Sociologia como uma disciplina que possui um diferencial em relação às outras, por estudar de forma mais aprofundada e específica os indivíduos e a estrutura onde estão inseridos, analisando e refletindo os valores, os costumes e as culturas, apresentando que não existe superioridade entre os indivíduos e os povos.

Com isso, seu papel enquanto disciplina que possui potencial para romper com as discriminações e os preconceitos existentes na sociedade, proporciona para o

professor de Sociologia a aptidão de colocar em prática os conteúdos e os objetivos inclusos dentro da Lei 10.639/03, colaborando para que a Sociologia tenha função importante na quebra dos preconceitos, e em especial, o racismo.

No entanto, é importante ressaltar que a Sociologia deve ser trabalhada no ambiente escolar conjuntamente com a Antropologia e a Ciência Política para que se tenha a partir das Ciências Sociais uma compreensão mais ampla dos fenômenos discriminatórios, proporcionando para os alunos uma visão mais aguçada sobre os fenômenos sociais que estão a sua volta, percebendo a partir das três disciplinas o quão é complexo a sociedade, a cultura dos povos e o campo político (MORAES, 2010).

Uma vez que é de suma importância que se construa uma ponte entre as três disciplinas, pois é preciso que o docente tenha em mente que alguns temas devem ser analisados a partir das outras áreas além da Sociologia, como por exemplo, para analisar o atual contexto político do Brasil, o professor deve buscar refletir e analisar juntamente com seus alunos a crise política do país a partir da Ciência Política para que assim possam compreender de forma mais aprofundada o tema.

A Antropologia, por exemplo, pode servir para demonstrar que não existe superioridade cultural entre os povos, colaborando com isso para a prática da Lei 10.639/03, demonstrando assim que os povos que formaram o Brasil possuem cada qual o seu devido valor, pois dentro das manifestações brasileiras podemos observar resquícios da herança desses povos, como por exemplo, o samba que é um ritmo que possui influência africana e que é uma das maiores manifestações culturais que representam o país para o mundo.

As idas e vindas da Sociologia no cenário educacional agrava o prosseguimento das pesquisas sobre os conteúdos a serem trabalhados no Ensino Médio, pois a produção científica não compreende de forma importante a construção e definição das metodologias e conteúdos pedagógicos a serem usados pelos professores no ensino secundário se a disciplina não estiver presente no sistema de ensino (SILVA, 2010).

Dessa forma, documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Orientações Curriculares Nacionais de Sociologia (OCN-Sociologia) proporcionam para o professor um *norte* para o qual possam levar suas aulas, colaborando com os temas, conteúdos e metodologias a serem aplicados em cada etapa do ensino médio, servindo como suporte de apoio para o

sucesso da aula.

Uma vez que grande parte dos professores de Sociologia não é formada nas Ciências Sociais, esses documentos corroboram para que os docentes não se sintam completamente sem noção do que fazer em suas aulas, pois muitos são obrigados a darem aula de Sociologia por que a escola particular ou a secretária de educação o coagem a assumir a disciplina, influenciando dessa maneira na falta de formação de muitos professores que atualmente estão nas escolas lecionando a matéria.

Outro fator que contribui é a falta de materiais produzidos pelos próprios professores de Sociologia, principalmente aqueles que são licenciados em Ciências Sociais. Isso se deve pela falta de incentivo no meio acadêmico, como elenquei alguns pontos no primeiro capítulo, a característica intermitente da disciplina contribui para que pouco se produza em relação à Sociologia no ensino médio.

Todavia, essa realidade vem mudando nas últimas décadas, em especial a partir do ano de 2008, no qual a Sociologia tornou-se obrigatória no ensino básico brasileiro. Mas é preciso perceber que muito ainda se tem que ser feito para que a disciplina ganhe de vez seu espaço como componente curricular, assumindo de uma vez por todas sua permanência no ensino médio do país.

Com isso, possa ser que ocorra o aumento do número de professores de Sociologia devidamente formados em Ciências Sociais, fazendo com que a disciplina ganhe maior importância e valor no ambiente escolar. Já podemos perceber que nos últimos anos, principalmente por causa do ENEM, os conhecimentos básicos das Ciências Sociais são de suma importância para que os indivíduos que fazem o exame possam atingir uma boa nota na redação, uma vez que ela tem um grande valor por que representa boa parte da nota geral da prova.

Dessa maneira, torna-se perceptível que a formação do professor de Sociologia é importante para que ele possa trabalhar de forma mais adequada os conteúdos e os temas em sala de aula, utilizando de maneira teoricamente mais adaptada determinados autores para trabalhar os temas. Quando falo teoricamente é por que quero deixar claro que o fato do professor de Sociologia ser formado em Ciências Sociais não o faz automaticamente um exemplo de docente, porém, é preciso ressaltar que a formação correta na disciplina na qual o professor está lecionando influencia de maneira profunda na prática docente em sala de aula, desde a utilização correta das metodologias até no modo como a disciplina é valorizada em sala de aula.

A falta de formação adequada e capacitação só fazem com que a quebra da discriminação racial se torne difícil através do trabalho docente. No entanto, é preciso atentar para o fato do professor de Sociologia poder estimular nos alunos um olhar científico, na compreensão dos fenômenos sociais a sua volta, visto que os preconceitos existentes na própria instituição de ensino poderão servir de objeto de estudo para o professor e os alunos produzirem um trabalho sociológico, desnaturalizando a prática discriminatória, instigando uma reflexão a partir da Sociologia a respeito da introdução da Cultura-Afro (MORAES, 2010).

[...] é fundamental perceber que o objeto sociológico não se oferece aos nossos olhos, não é dado pela simples existência social. Esse objeto precisa ser desenhado, precisa ser construído. Se nossa experiência nos indica que tipo de problema merece ser estudado, em cada período histórico, os problemas sociais são diferentes e têm níveis distintos de relevância, segundo cada sociedade. Os conceitos e os sistemas teóricos que os elaboram nos apontam métodos adequados para identificar e recortar nosso objeto numa realidade que é infinita (BARBOSA, 2012, p. 27).

Nesse sentido, podemos refletir e perceber que o trabalho do professor de Sociologia vai além da prática docente, pois através da pesquisa ele pode proporcionar a seus alunos uma visão empírica sobre as teorias trabalhadas em sala de aula. Além disso, é necessário que o docente adentre no meio social dos alunos por meio da análise de músicas e filmes que condizem com a realidade de seus discentes, contribuindo assim para que eles compreendam de maneira mais clara o conteúdo que o professor está passando.

Dessa forma, vejo a música como instrumento interessante para a prática docente, aliás, para incluir em suas aulas a lei 10.639/03 e desnaturalizar o preconceito racial através do estranhamento existe inúmeras músicas que o professor pode utilizar para dinamizar suas aulas, como por exemplo, a música Olhos Coloridos da cantora Sandra de Sá demonstra que todos nós somos agimos de maneira racista inconscientemente ao mesmo tempo em que temos influência africana em nossa cultura e em nosso sangue. Com isso, segue a baixo a letra da música para que você enquanto leitor possa compreender a canção que representa a realidade brasileira:

Os meus olhos coloridos  
Que me fazem refletir  
Eu estou sempre na minha  
E não posso mais fugir

Meu cabelo enrolado  
Todos querem imitar  
Eles estão baratinados  
Também querem enrolar  
Você ri da minha roupa  
Você ri do meu cabelo  
Você ri da minha pele  
Você ri do meu sorriso  
A verdade é que você  
Tem sangue crioulo  
Tem cabelo duro  
Sarará crioulo  
Sarará crioulo  
Sarará crioulo...

Título: Olhos Coloridos. Composição: Sandra de Sá. Ano: 1995. Gravadora: Som Livre.

Assim sendo, demonstro que a análise de músicas, filmes, fotos, dentre outras ferramentas podem ser utilizadas para que o professor possa fazer a relação com o conteúdo trabalhado em sala de aula. A música apresentada anteriormente é um exemplo de como o professor pode pôr em prática a Lei 10.639/03, mostrando a influência africana em nossas vidas e ao mesmo tempo em que desnaturaliza o racismo existente no dia a dia, porém, claro que esse exercício deve ser praticado contínuas vezes para que os discentes compreendam cada vez mais a imaginação sociológica a que Wright Mills (1969) acreditava ser importante para que o indivíduo entendesse os fenômenos sociais e o cenário histórico a sua volta.

Nessa perspectiva, Moraes e Guimarães (2010) apontam o estranhamento e a desnaturalização como os pilares para o serviço da pesquisa e o ensino das Ciências Sociais, mostrando que ambos oferecem para o aluno uma compreensão acerca da realidade social, ultrapassando as barreiras impostas pela sociedade a fios invisíveis.

Para isso, é de suma importância que o professor de Sociologia tenha uma formação em Ciências Sociais para que possa saber como praticar a desnaturalização e o estranhamento em sala de aula, contribuindo assim, como por exemplo, para o rompimento com o racismo. Mas esse exercício requer um mínimo de conhecimentos metodológicos e bibliográficos corroborando no sucesso das atividades em classe.

Assim, é preciso desnaturalizar o racismo para que as pessoas percebam o

quanto ele faz parte da nossa realidade, ou seja, é necessário tornar explícito que a discriminação racial é praticada diariamente no cenário brasileiro, onde pessoas são julgadas simplesmente por serem negras.

Nesse sentido, mostro na charge abaixo uma crítica na qual ironiza a realidade que os negros enfrentam no dia a dia na sociedade, na qual podemos lembrar-nos da Criminologia, citada durante o segundo capítulo, cuja qual foi uma área científica criada pelo cientista Césare Lombroso, em que traçava perfis de indivíduos que teriam tendência a serem criminosos, resultando a sim em características de pessoas com o fenotípico preto, ou simplesmente por serem negros eram passíveis de serem vigiados ou excluídos pelos indivíduos vistos como brancos.



Figura 2 – Charge ironizando a maneira como muitos indivíduos são representados pela sociedade apenas por serem negros, mesmo estando bem vestido<sup>2</sup>.

Nessa perspectiva, o rompimento com os preconceitos reproduzidos na sociedade parte da desnaturalização dos mesmos, visto que os indivíduos precisam ter conhecimento sobre os fenômenos históricos-sociais que contribuíram para a construção e reprodução dos preconceitos e discriminações praticadas cotidianamente, em especial os negros são um parcela significativa de pessoas que sofrem diariamente com o racismo, podemos observar a charge acima como um grande exemplo dos estereótipos e estigmas que influenciam na maneira como vemos e julgamos os negros.

Sendo assim, analiso as normas e valores da nossa cultura a partir do pensamento bourdieusiano, que coloca essas manifestações culturais como internalizadas pelos indivíduos de forma inconsciente, formando com isso nosso *habitus*, cujo caráter nos direcionar a agir de determinadas maneiras dentro da estrutura

<sup>2</sup> Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=charge+racismo+brasil> – acesso em 10/12/2017 às 20:40min.

social (BOURDIEU, 1996).

Dessa forma, podemos observar que a Sociologia “[...] para o nível médio, propicia aos jovens o exame de situações que fazem parte do seu dia a dia, imbuídos de uma postura crítica e atitude investigativa [...]” (MORAES; GUIMARÃES, 2010, p. 48). Como dissera Zygmunt Bauman:

A Sociologia (por bem ou por mal, intencionalmente ou não, como fico repetindo) tende a solapar os alicerces sobre os quais se sustentam as crenças populares na “necessidade” e “naturalidade” de coisas, ações, tendências e processos. Ela desmascara as irracionalidades que têm contribuído para sua composição e seu prosseguimento. Revela as contingências por trás das regras e normas ostensivas, assim como alternativas acumuladas em torno da supostamente única possibilidade [...]. No final das contas, o *métier* do sociólogo, tomando de empréstimo a alegoria de Kundera, é “rasgar as cortinas” que ocultam as realidades, que as encobrem com suas representações fraudulentas (2015, p. 36).

Num país que sofre de um racismo velado, mascarado sobre uma suposta democracia racial, torna-se importante avaliar o impacto do ensino da Cultura-Afro através da disciplina de Sociologia. Visto que essa disciplina tem como função estudar a sociedade em toda sua complexidade, o docente deve apresentar os povos de forma igualitária, sem exibir de forma implícita que exista certa inferioridade de uma cultura para outra. Uma vez que a educação serve como base para a construção de uma sociedade mais justa, mas se feita de maneira errada ela pode formar indivíduos preconceituosos para um cenário brasileiro que a desigualdade racial ainda se encontra em destaque.

Um dos principais objetivos da Lei 10.639/03 é desconstruir a forma como os negros são retratados no ambiente escolar, uma vez que através do livro didático é perceptível que eles são colocados em posições inferiores ao branco, ignorando a história da cultura africana e sua relação com a cultura brasileira. Visto que a negação de uma herança afro na construção do Brasil contribui e fortalece a ideologia eurocêntrica, fazendo com que os estudantes negros se identifiquem como indivíduos rejeitados pela sociedade, sofrendo um processo de autorrejeição e baixa autoestima.

Nessa perspectiva, tomando como base os instrumentos de reprodução do preconceito racial, bem como a lei que define as possibilidades de atuação, se torna de suma importância o papel primordial do trabalho docente com o objetivo de desenraizar a cultura discriminatória que ocorre no espaço escolar, por meio da violência simbólica, cuja característica faz com que sua ação seja cada vez mais complexa de ser combatida,

pois os indivíduos que fazem parte de uma sociedade preconceituosa e que permeia uma cultura eurocêntrica em detrimento das outras, acabam por agir discriminatoriamente sem perceber.

Uma vez que, a ideia de uma suposta democracia racial colabora para que se perpetue uma ideologia de igualdade entre as pessoas, permitindo que a violência simbólica sofrida pelos negros se torne mero elemento de convívio social, sem perceber que por de trás dessa ação está um conjunto de pressupostos históricos e culturais que contribuem para tal prática, ou seja, a discriminação racial acaba por ser velada sobre uma ideia de igualdade entre os indivíduos independentemente da sua cor de pele.

Nesse sentido, o professor de Sociologia através do arcabouço teórico adquirido na sua formação tem a capacidade de desnaturalizar o preconceito racial ou até mesmo construir uma reflexão com os alunos que a própria ideia de “raça negra” não passa de uma construção social produzida pelos colonizadores.

O docente de Sociologia possui referências bibliográficas que o permitem debater sobre a construção social da discriminação, levando em consideração que o colonizador criou e reproduziu uma ideologia que colocasse todos os negros escravizados numa mesma forma de identidade.

Visto que na África eles não se reconheciam como “negro”, eles se identificavam a partir dos seus traços culturais que faziam com que se distinguissem enquanto indivíduos e povos, formando assim um continente heterogêneo, ao contrário do que se ensina na escola, em que os africanos são vistos como um povo homogêneo que contribuiu para o Brasil apenas no período escravocrata. Com isso, as imagens a seguir mostram três exemplos da diversidade cultural na África, demonstrando com isso a heterogeneidade do continente africano.



Figura 3 - Indivíduo pertencente a uns dos povos mais exóticos da Etiópia, os Surmas<sup>3</sup>.



Figura 4 - Habitantes caracterizados pelas vestes pertencentes particularmente ao povo Ndebele, localizado na África do Sul<sup>4</sup>.

<sup>3</sup>Fonte: <https://casalnomade.com/as-3-tribos-mais-exoticas-da-etioopia> – acesso em 10/01/2018 às 16:40min.

<sup>4</sup>Fonte: <https://www.guiaviajarmelhor.com.br/ndebeles> - acesso em 10/01/2018 às 10:30min.



Figura 4 - Nativo do povo do Vale do rio Omo, localizado na Etiópia<sup>5</sup>.

O ambiente escolar é um espaço no qual o combate ao racismo deve acontecer, pois sua área de reprodução é bem ampla, mas para que essa ideia saia do campo teórico é preciso que o sistema educacional contribua nessa perspectiva, assim o professor se torna um instrumento importante no debate, reflexão e desconstrução dessa falsa desigualdade natural entre os indivíduos.

A Sociologia permite que a implementação da Lei 10.639/03 ocorra de maneira ampla, já que a disciplina possui um referencial bibliográfico que serve como complemento ao ensino da história e cultura afro, uma vez que seja feito de modo correto, pois é preciso que o docente esteja preparado para o debate sobre a temática racial na sala de aula, estimulando os alunos tanto na prática de desnaturalizar o preconceito racial quanto na arte relativizar as culturas, fazendo com que os alunos percebam que não existe cultura superior ou inferior, mas uma variedade de culturas que possui um conjunto de elementos que o tornam singulares e únicos à frente das outras (BOAS, 2010).

Muitos são os autores que escreveram obras interessantes sobre a formação social do Brasil e que ressaltam a importância do povo negro para a construção do país, um deles é Manuel Bonfim, que escreve o livro “A América Latina: Males de Origem”, (2008) ressaltando que de todos os povos que contribuíram para a construção do país, os

---

<sup>5</sup>Fonte: <https://br.pinterest.com/pin> – acesso em 10/01/2018 às 10:31min.

negros são os indivíduos que podem dizer veemente que essa terra é deles, já que literalmente eles deram o sangue para a formação social, cultural e até mesmo política do Brasil.

Nesse sentido, a análise sociológica proporciona aos estudantes uma ruptura com a reprodução de uma cultura eurocêntrica que doutrina as pessoas a seguirem certos tipos de padrões comportamentais que colocam o negro como sujeito estigmatizado, criando estereótipos de que todo negro é ladrão, vagabundo, dentre outros subjetivos que corroboram para uma sociedade cada vez mais racista e injusta.

Portanto, o modo como é tratada a Cultura-Afro e os negros no ambiente escolar só coloca em evidência a importância da Lei 10.639/03 para o reconhecimento da importância da Cultura-Afro para a construção do país e da valiosa cultura africana que está presente na sociedade brasileira. No entanto, o conteúdo que aborda essa temática faz refletir que o enfoque desse assunto só está presente no contexto escolar se o sistema educacional contribuir para sua aplicação e que só está inserido apenas para o cumprimento da lei e não com a finalidade de transmitir de forma aprofundada e ampliada a representação do negro.

#### **4.1 A CULTURA-AFRO E OS PROFESSORES DE SOCIOLOGIA**

Nessa perspectiva, para o objetivo final desse trabalho busquei entrevistar seis professores de Sociologia do ensino médio do município de Parnaíba. Atualmente na cidade de Parnaíba são apenas quatro professores da disciplina que são licenciados em Ciências Sociais, porém, consegui contatar somente três, pois o quarto professor estava sem condições de participar da pesquisa por motivos de saúde.

Dessa forma, foram escolhidos seis professores de Sociologia por causa do número de licenciados em Ciências Sociais, ou seja, entrevistei três graduados na área e três que são graduados em outras áreas, sendo que para cada pergunta irei mencionar tanto uma fala de um docente formado em Ciências Sociais como de um que não possui graduação na área.

Para tanto, apliquei um questionário de cunho qualitativo com auxílio de um gravador para que os professores pudessem ter liberdade para se expressarem de acordo com as ideias que iriam surgindo no decorrer das entrevistas. As perguntas feitas durante as entrevistas foram: Você conhece a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o

ensino da Cultura-Afro e da história da África no ensino básico brasileiro? Você trabalha com história e Cultura Afro-brasileira na sua disciplina? Considera a temática racial relacionada a Cultura Afro-brasileira importante para ser inserida no currículo escolar? Caso você aplique a Lei 10.639/03, o que você tem feito para inseri-la em suas aulas? Já fez ou participou de algum projeto com essa temática? Você tem alguma capacitação sobre a temática ou concluiu alguma disciplina na graduação sobre o tema?

Dessa forma, na primeira pergunta dirigida aos professores eu procurei saber se eles conheciam a Lei 10.639/03. Assim, constatei que 100% dos professores têm conhecimento sobre a lei. O que me chamou atenção para as falas dos professores foi o fato de que eles mencionavam que conheciam a lei de forma superficial, ou seja, não a conheciam profundamente a partir dos artigos de que tratam a lei. No entanto, compreendiam o objetivo principal que ela tratava.

Ao longo do texto irei mencionar algumas falas dos professores entrevistados, sendo eles identificados por nomes fictícios e colocado em pauta se possui ou não formação em Ciências Sociais. Nesse sentido, em uma das falas relacionadas à primeira pergunta, o professor Carlos que não possui formação na área, disse conhecer a lei e que segundo ele,

A lei incrementa na educação básica os conteúdos sobre a Cultura-Afro e suas origens no continente africano, entre outros objetivos e o de fundamentar a origem dos elementos que participaram da formação da sociedade brasileira. É possível que o estudo deste conteúdo, possa amenizar preconceitos e aumentar o respeito, através do contato racional dos aspectos culturais da formação de nossa sociedade.

Por outro lado, o professor Vitor que possui graduação em Ciências Sociais, respondeu no mesmo sentido do professor Carlos, demonstrando que ambos veem a Lei 10.639/03 como importante para o reconhecimento da herança africana para a construção do país. Além disso, ele fez uma leve crítica em que dizia, “é preciso que o sistema escolar como um todo inclua essa lei não somente como obrigação do professor, mas como um dever de todo o corpo escolar”. Dessa forma, percebemos o quanto está viva a indignação de certos professores com o sistema educacional, que ainda peca quando coloca todo o dever da educação no ombro do docente.

Na segunda pergunta questionei os professores se eles trabalhavam com história e Cultura Afro-brasileira na disciplina de Sociologia, com o intuito de perceber através de suas respostas se aplicavam de fato a lei em sala de aula, além disso,

procurava também identificar através de suas falas quais metodologias e autores utilizavam para a inserção da temática em classe. Assim, seguem respectivamente as falas dos professores Gabriel que possui formação em Ciências Sociais e a fala da professora Eduarda que já é graduada na área,

Eu confesso que não trabalho com temática racial como objetivo principal de minhas aulas, pois a carga horária é super-reduzida e tento fazer um conjunto de vários temas que têm relação entre si, mas quando debato outros assuntos, a aula segue para outros caminhos que acabam por falar de racismo, preconceito e desigualdade. Daí é nessa hora que trabalho a Lei 10.639/03, já que falo da herança deixada pelo povo africano para o Brasil.

Por outro lado, a professora Eduarda responde que,

Sempre busco trabalhar de maneira mais aprofundada temas que na minha visão contribuem para as injustiças e desigualdades que nos cercam. Desse modo, vejo a temática sobre os negros importante para ser trabalhada em sala de aula, assim sempre tento trabalhar a influência do negro, o período de escravidão enfrentado por eles, alias, esse tema é mais trabalhado durante a semana da consciência negra. É preciso observar o quanto o ENEM nos força a trabalhar com conteúdos que ultimamente estão sendo pedidos em suas questões.

Nesse sentido, podemos observar que a carga horária da disciplina é assunto parecido entre as duas respostas, fazendo com que os docentes sejam forçados a desenvolver um misto de conteúdos que sejam abarcados durante suas aulas. Além disso, pude observar que é limitado o conhecimento desses professores sobre a temática aqui discutida, pois eles sempre fazem relação da Cultura-Afro com o período escravocrata, apresentando em suas aulas a contribuição do povo africano a partir da escravidão.

Portanto, a partir dessa pergunta percebi o quanto a carga horária da disciplina atrapalha os professores na prática docente, aliado a isso, existe também o fato da Sociologia ainda ser rifada no ensino médio, pois existem escolas que a disciplina é incluída apenas em uma série ou duas, sendo o terceiro ano a preferencia da maioria das escolas, em especial das escolas privadas, pois a Sociologia está sendo uma disciplina ainda exigida no ENEM e nos vestibulares nacionais, aliás, nos últimos anos os conhecimentos básicos de Sociologia estão sendo primordiais para que os alunos possam ter sucesso nas redações.

Na terceira pergunta questioneei para os professores se eles consideravam importante a temática racial relacionada à Cultura Afro-brasileira ser inserida no currículo escolar. Para todos os entrevistados o ensino da temática é primordial no nosso

país. Uma vez que é necessário ter em mente que os docentes não estão imunes à ideia de que no Brasil exista uma democracia racial, e que temas como esses não fazem diferença alguma para a sociedade, já que para muitas pessoas não existe racismo no Brasil. Dessa forma, de acordo com o professor Reinaldo, formado em Ciências Sociais e o único mestre em Sociologia dentre os outros entrevistados,

O trabalho da temática relacionada à Cultura-Afro é importante porque devemos ressaltar quais foram os feitos e quais foram a influência que a cultura negra teve na nossa nação (*sic*). Não simplesmente em relação à escravidão, pois às vezes nós focamos muito nesse período. A gente sabe que a escravidão foi um problema, mas também tentando, mostrar a grandeza da Cultura-Afro no sentido de enriquecer a nossa nação também. É claro que nessa discussão a gente não vai esconder a série de matança de negros durante a escravidão e nos tempos atuais. Assim, entendemos a grandeza da nossa cultura, mas é preciso entender que não é colocar uma grandeza da minoria, mas ensinar uma temática que faz parte da nossa formação.

A fala do professor Reinaldo é bem interessante, pois ele toca no ponto de que a discussão sobre a história da África não está ressaltando a grandeza desse continente em detrimento dos outros, mas colocando em destaque a história de um povo que possui papel primordial para a formação do povo brasileiro, visto que a influência africana herdada pelos brasileiros não é amplamente reconhecida por todos.

Além de possuírem uma representação negativa da cultura africana, e em especial, das religiões africanas, uma vez que alguns rituais africanos são praticados pelas pessoas sem elas saberem que são tipicamente crenças das religiões como o Candomblé e Umbanda, como por exemplo, durante o réveillon as pessoas fazem oferenda para Iemanjá, conhecida como rainha dos mares e vista como mãe de quase todos os orixás. Além desse ritual, os brasileiros também vestem branco, que é uma das cores básicas do Candomblé, significa o renascimento e a continuidade. Também não posso deixar de lembrar dos setes pulos que as pessoas dão no mar durante a virada do ano, que significa para os umbandistas a purificação do corpo e do espírito.

A quarta pergunta tem o mesmo sentido da segunda, porém, nessa pergunta procurei entender quais metodologias os professores têm utilizado, quais ferramentas eles tomam como importante para o ensino da Cultura-Afro. Com isso, dentre os professores, a resposta da professora Lucimara que não possui formação em Ciências Sociais me chamou atenção, pois ela utiliza a música como ferramenta de ensino, instrumento pedagógico no qual também me identifico e considero eficiente para o sucesso da aula. Segundo ela, “eu não trabalho de maneira ampla a Lei 10.639/03, mas

procuro através de minhas aulas combater o racismo por meio das letras das músicas”. Ela mencionou que durante as aulas os alunos se sentem tocados pela música e que relatam episódios sofridos por eles ou que vivenciaram com outras pessoas.

Nesse sentido, vejo os grupos de estudos que estão sendo criados em todo o Brasil com o intuito de discutir e desenvolver metodologias e ferramentas para o ensino de Sociologia na educação básica, fazendo com que a disciplina se torne mais atrativa e alcance os alunos de maneira mais ampla, visto que é preciso trabalhar os temas e conteúdos relacionando-os com o cotidiano e a vida dos discentes. Dessa forma, o Laboratório de Estudos e Pesquisa do Ensino de Sociologia – LEPES, grupo em que também sou membro, desenvolve análises de músicas e de filmes, no ano de 2017 realizamos um encontro sobre o ensino de Sociologia na Universidade Estadual do Piauí na cidade de Parnaíba.

Com isso, podemos perceber que o desenvolvimento de trabalhos a partir da academia é primordial para a legitimidade da disciplina no currículo escolar e para a formação de novos instrumentos de trabalhos para os professores que estão atualmente no mercado de trabalho e também para aqueles futuros docentes que estão sendo formados para atender a escassez de docentes licenciados em Ciências Sociais.

Já na quinta pergunta questionei se os professores haviam participado como organizadores ou participantes de algum projeto com a temática racial. Todos responderam que haviam participado de um projeto, sendo a professora Lucimara, mencionada anteriormente, a única que havia organizado. Durante minha entrevista com a professora mencionei um projeto que eu havia organizado durante meu período como bolsista do PIBID, que procurou ressaltar a influência da Cultura-Afro no Brasil, tendo como principais eixos temáticos a dança, a estética, a música, a culinária e a linguagem.

Nessa perspectiva, compartilhamos o mesmo sentimento de felicidade e retorno por parte dos alunos, já que tanto os alunos da escola que ela havia aplicado o projeto, como os alunos participantes do meu projeto, adoraram a iniciativa e perceberam a importância que a Cultura-Afro tem para nossa formação. Além disso, o conhecimento sobre a herança africana contribui para o combate do racismo e para o rompimento com os estereótipos que representam os negros na sociedade.

Ainda na quinta pergunta, o professor Reinaldo ressaltou que a semana da consciência negra é exclusivamente utilizada para que se desenvolvam projetos e oficinas em prol da discussão sobre a influência africana no Brasil, e que durante o

trabalho desenvolvido na escola, ocorre uma grande participação dos alunos para a construção de ideias e para o sucesso do evento. No entanto, a crítica feita por ele fez com que eu refletisse sobre o papel da união da escola como um todo e da comunidade.

Sempre participo dos projetos realizados durante a semana da consciência negra promovida por uma colega de trabalho, não tenho um papel de organizador, mas procuro prestigiar e ajudar nos aspectos que tiverem ao meu alcance. Mas existe uma coisa que me irrita, que é o fato de alguns professores não participarem e não mostrarem interesse algum pelo projeto, além de ainda sair criticando pelos corredores da escola. Eu também me irrita que esses eventos não são abertos para a comunidade, pois vejo esses eventos tendo mais sucesso se conseguirem ultrapassar os muros da escola.

Dessa maneira, a fala do professor faz com que também relacionamos esse fator com o meio acadêmico, já que a universidade poderia proporcionar para a comunidade projetos que contribuíssem para o desenvolvimento social, ambiental, dentre outros ramos da sociedade. Aliado a isso, o retorno dos atuais professores de Sociologia com o desenvolvimento de artigos e projetos seria fundamental para aqueles futuros docentes que ainda estão no mundo acadêmico.

Portanto, o contato do campo acadêmico com os professores de Sociologia contribuiria para o desenvolvimento da disciplina, pois seria uma “via de mão dupla”, ou seja, ao mesmo tempo em que a universidade proporcionasse para o docente, ferramentas para a melhora das suas aulas, ele daria um retorno para a academia, por meio de relatórios ou trabalhos que retratasse suas experiências na sala de aula, mostrando quais metodologias e conteúdos tiveram êxito na relação com o tema apresentado nas aulas.

Em relação à sexta questão, quatro dos seis professores disseram não ter tido a oportunidade durante a graduação de alguma disciplina que tivesse a temática racial como ponto principal e que não possuíam capacitação sobre o tema. Porém, o professor Carlos que ainda não possui graduação em Ciências Sociais, mas que vai concluir no ano de 2018, disse ter cursado uma disciplina durante sua Licenciatura em Ciências Sociais que tratava da temática exigida pela lei 10.639/03, a disciplina tinha como nome “Antropologia da cultura africana e indígena”.

Além dele, o professor Reinaldo mencionado durante o texto respondeu não ter cursado durante sua graduação alguma disciplina específica sobre o tema, mas que teve disciplinas que tratavam sobre o assunto de maneira superficial, como por exemplo, ele citou a disciplina “História das Américas e do Brasil”, na qual perpassavam a temática.

No entanto, durante sua graduação ele participou de eventos ocorridos na universidade.

Desse modo, torna-se perceptível que a falta de conhecimento dos professores sobre a cultura africana é continuada no próprio campo acadêmico, pois não vale de nada cobrar desses docentes a inclusão da Lei 10.639/03 em suas aulas, se eles não foram devidamente capacitados nas suas graduações e não possuem especialização para debater o tema. Assim, a reprodução da visão limitada da Cultura-Afro acontece de ano a ano, pois pouco se sabe sobre a África, sempre relacionando a herança deixada pelo povo africano a partir do período escravocrata, deixando de enfatizar aspectos que estão inculcados na cultura do povo brasileiro.

Portanto, após a análise das entrevistas constatei que o fato dos professores possuírem ou não formação em Ciências Sociais não influencia na possibilidade de terem conhecimento sobre a temática racial. Todavia, a formação em Ciências Sociais contribui para que a partir da disciplina de Sociologia o docente possa trabalhar a Lei 10.639/03 em sala de aula, mas como foi mencionado anteriormente, os professores não trabalham a lei profundamente, já que não a conhecem de maneira ampla.

No entanto, durante as falas dos professores cheguei à conclusão de que é indispensável o mínimo de conhecimento sociológico para que possa ser trabalhado a desnaturalização a partir dos autores das Ciências Sociais. Uma vez que esse conhecimento só é possível de ser adquirido por meio da graduação em Ciências Sociais. Dessa maneira, muitos são os problemas que contribuem para que o professor de Sociologia tenha dificuldade na inclusão da lei em suas aulas, como por exemplo, a falta de conhecimento sobre o povo africano e sua cultura. Mas a partir da Sociologia o professor possui o potencial de romper com os estereótipos ligados aos negros, colaborando para o combate contra a discriminação racial e desenvolvimento de um país mais justo e igual para todos, formando um espaço democrático para qualquer brasileiro, independentemente da cor de sua pele.

## CONCLUSÃO

Para que os professores de Sociologia possam trabalhar de maneira efetiva em sala de aula é necessário possuir um conhecimento amplo sobre as Ciências Sociais, sendo a própria trajetória da disciplina enquanto componente curricular do ensino médio brasileiro, tema para compreender a importância da Sociologia na escola básica. Além disso, é de suma importância mudar a realidade da maioria dos municípios do país em relação ao número de profissionais que lecionam a disciplina sem sequer possuir formação adequada para trabalhar com a análise sociológica em sala de aula, pois compreendo a formação em Ciências Sociais fundamental para a eficácia do ensino de Sociologia na escola.

Nesse sentido, são poucos os trabalhos produzidos pelos próprios docentes sobre o trabalho da Sociologia no ambiente escolar. Dessa forma, o fato de grande parte dos professores de Sociologia não serem formados em Ciências Sociais contribui para que essa realidade seja cada vez mais presente no cenário brasileiro. Por isso, que vejo a formação em Ciências Sociais como fundamental para que os docentes possam trabalhar os conteúdos em classe, uma vez que o conhecimento sobre os variados autores das Ciências Sociais proporciona para o professor a competência de escolher qual autor se adequa com a temática debatida na aula.

Nessa perspectiva, as teorias das Ciências Sociais proporcionam para os indivíduos uma visão mais ampla sobre os fenômenos sociais a sua volta. Assim, podemos perceber a influência que o campo intelectual possui sobre as pessoas, já que ao mesmo tempo em que ele pode apresentar a complexidade do mundo, ele também tem a capacidade de direcionar os indivíduos num caminho de dominação. Dessa maneira, o campo intelectual obtém a habilidade de se infiltrar no senso comum com o objetivo de legitimar conceitos que colaboram para a dominação de certos indivíduos, como por exemplo, a escravidão no Brasil foi apoiada em teorias que colocavam o branco como ser superior em detrimento dos negros africanos, sendo o evolucionismo uma das principais correntes teóricas que argumentava seu domínio.

Dessa maneira, o desmascaramento sobre a falsa hierarquia imposta pelos brancos europeus foi fundamental para a abolição da escravidão, porém, muitos são os resquícios deixados pelo período escravocrata. A representação dos negros como sujeitos inferiores, contribui para a perpetuação do racismo até os dias de hoje. No

entanto, no cenário brasileiro as pessoas insistem em ver o racismo como inexistente em nossa realidade, com o argumento de que existe uma verdadeira igualdade racial entre os brasileiros, colaborando para a prática do racismo de maneira velada.

Com isso, para que seja combatido o preconceito e a discriminação sofrida pelos negros no Brasil, é necessário que se amplie o olhar sobre a contribuição da Cultura-Afro na história do Brasil, é preciso que a educação por meio do trabalho docente possa compreender o conhecimento da história dos povos africanos, os movimentos de lutas que esses povos tiveram e ainda mantêm para conseguir uma igualdade racial no cenário brasileiro, suas contribuições na formação e desenvolvimento do país nas esferas social, econômica e política.

Não basta que haja somente uma melhor capacitação dos professores. Dessa forma, a cultura herdada pelos povos africanos deve ser explorada na sala de aula num sentido mais amplo, demonstrando não somente a diversidade na cultura brasileira, mas explicando que foram vários povos vindos da África, cada um com seus costumes e valores, que contribuíram para a formação do Brasil.

Nesse sentido, o conhecimento sobre os mecanismos de reprodução do preconceito racial, contribui para o combate da sua prática no ambiente escolar. A disciplina de Sociologia a partir do arcabouço teórico que dela provém, possui competência para lutar contra as discriminações sofridas pelos afro-brasileiros, além, de desconstruir os estereótipos e as representações negativas da África e de seu povo.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de metodologias e práticas pedagógicas colabora no sentido de aplicar a Lei 10.639/03 em sala de aula. Uma vez que, esse dispositivo legal vem com o objetivo de ampliar a visão sobre o continente africano e seus habitantes, e, demonstrar a importância que o povo africano tem para a construção do Brasil, saindo dos limites de uma visão relacionada somente ao período escravocrata. Mas também, essa lei busca inserir no ambiente escolar a riqueza da Cultura-Afro.

Com isso, a formação dos professores influencia na sua prática docente, já que o conhecimento sobre os autores e a própria história da disciplina, como por exemplo, é o caso da Sociologia. Visto que a partir da análise sociológica o docente poderá desenvolver junto com seus alunos a desnaturalização dos preconceitos e discriminações que perpassam na sociedade. No entanto, a análise sociológica é feita com mais sucesso através do conhecimento sociológico, pressuposto no qual só pode ser encontrado por meio da formação em Ciências Sociais.

Desse modo, tanto a aplicação da Lei 10.639/03, que, aliás, é preciso ter um mínimo de conhecimento sobre ela para que sua aplicação seja feita de maneira mais eficaz, como também o combate ao racismo por meio da disciplina de Sociologia, requer do professor conhecimento dos autores e teorias que podem ser utilizados para trabalhar o tema, além de saber utilizar ferramentas pedagógicas, como por exemplo, a música, para poder chamar atenção dos alunos ao mesmo tempo em que o conteúdo é repassado para eles.

Nesse sentido, ficou claro durante as entrevistas dos professores que ainda se tem muito que percorrer para a inversão da realidade não somente de Parnaíba, mas do país inteiro. Uma vez que, pouco se sabe sobre a contribuição do povo africano para a formação do Brasil, é preciso que esse tema seja debatido em todas as disciplinas, não somente em Sociologia.

Dessa forma, foi constatado durante o presente trabalho monográfico que a Sociologia possui competência para trabalhar com temas que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária para todos. Uma vez que a Cultura-Afro foi à temática principal ressaltada no texto, que procurou fazer relação do trabalho dos docentes de Sociologia do município de Parnaíba na aplicação da Lei 10.639/03. Com isso, ficou compreendido que além do mínimo de conhecimento sobre a Cultura-Afro, a formação em Ciências Sociais é de suma importância para que o professor possa abordar a temática relacionada ao povo africano de modo mais eficaz, proporcionando para seus alunos um olhar mais amplo sobre a África, colaborando para o rompimento com variadas representações negativas atribuídas aos africanos e seus descendentes.

Portanto, analisar e compreender essa relação são de suma importância na observação dos preconceitos e discriminações raciais enraizadas na cultura brasileira, mostrando de maneira mais clara a importância que a sociologia tem na desnaturalização das desigualdades raciais e também na desmistificação de uma supremacia eurocêntrica, quebrando de vez com a opressão que os negros sofrem desde o período colonial, numa busca de tornar o cenário brasileiro mais igualitário para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M. L. de O. *Conhecimento e Imaginação: Sociologia para o ensino médio*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BARROS, J. D. *A construção social da cor: diferença na formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. São Paulo: Global, 2008.

BASTOS, E. R. *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.

BAUMAN, Z. *Para que serve a sociologia?: diálogos com Michael Hviid Jacobsen e Keith Tester*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BOAS, F. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BODART, C. das N. e SILVA, R. S. *Um “raio-x” do professor de sociologia brasileiro: condições e percepções*. Estudos de Sociologia. Recife, 2016.

BOMFIM, M. *A américa latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

BOURDIEU, P. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_\_. *Lições da aula: aula inaugural proferida no College de France em 23 de abril de 1982*. São Paulo: Paulus Gráfica, 2001.

\_\_\_\_\_. *Escritos da educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL, Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC/SECAD. 2005.

CANDIDO, A. *A Sociologia no Brasil*. São Paulo: Revista Tempo Social, 2006.

CHAUÍ, M. de S. *Ideologia e educação*. São Paulo: Educ. Pesquisa, 2016.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAZZI, R. de C. *O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito*. Belo Horizonte: Aut

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.

\_\_\_\_\_. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia, 1972.

FRAZER, J. G. *O escopo da antropologia social*. In: Evolucionismo cultural. Org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FREYRE, G. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, M. P. *Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2007.

GOMES, N. L. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. Brasília: Ministério da educação, 2005.

GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.

IANNI, O. *Raças e classes no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO de PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Racismo explica 80% das causas de morte de negros no país. Entrevista especial com Rodrigo Leandro de Moura*. Tribuna de Lauro Freitas, 2010. Disponível em: < <http://www.geledes.org.br/racismo-explica-80-das-causas-de-morte-de-negros-no-pais-entrevista-especial-com-rodri-go-leandro-de-moura/racismo-negros-1>>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

KONDER, L; TURA, M. de L. R. *Sociologia para educadores*. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

LAPLANTINE, F. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: História de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1976.

MALINOWSKI, B. K. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MORAES, A. C. et al. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio-Sociologia*. Brasília: MEC-SEB, 2006.

MORGAN, L. H. *A sociedade antiga ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização*. In: Evolucionismo cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MUNANGA, K. *Superando o racismo na escola*. Brasília/; MEC/SECAD, 2008.

\_\_\_\_\_. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

NOGUEIRA, O. *Tanto preto quanto branco: Estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

PEREIRA, D. M. *A Face Negra do Brasil Multicultural*. Brasília: Central, 2013.  
Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000073.pdf>  
Acesso em 20 Ago. 2016.

PEREIRA, E. de A. *Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação*. São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Valores culturais afrodescendentes na escola*. São Paulo: Paulinas, 2008.

RAMOS, A. *O Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

ROCHAL, L. C. P. da. *Lei 10.639/03: desafios e perspectivas para a implementação dos conteúdos afro-brasileiros nas escolas*. Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, R. N. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008.

SANTOS, J. D. G. dos. *A lei 10.639/03 e a importância de sua implementação na educação básica*. Paraná, 2010.

SCARSELLI, M. B. *A institucionalização da sociologia no ensino médio: um estudo sobre a política curricular em duas escolas estaduais de Cuiabá-MT*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2015.

SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, A. C. da. *A representação do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?* Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, I. L. F. *O ensino de ciências sociais/sociologia no Brasil: histórico e perspectivas*. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

SILVIO, G. *Subjetividade, ideologia e educação*. São Paulo, Editora Alínea, 2009.

SOARES, J.C. *Delgado de Carvalho e o ensino de sociologia no colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

SOUZA, M. E. V. (Org.). *Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/03*. Rio de Janeiro, 2009

\_\_\_\_\_. *Relações raciais no ensino superior: experiências de ensino/aprendizagem e pesquisa*. 2014.

TAYLOR, C. (Org.). *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

TOMAZI, N. D e GOMES, A. L. F. *Conversa sobre orientações curriculares nacionais (OCN's)*. Revista Cronos, 2007.